

Homem é baleado por PMs no antigo posto fiscal na BR-265

Página 5

Arquivo



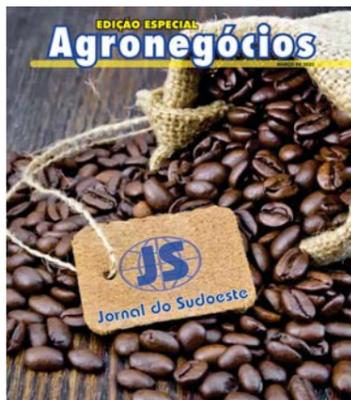
Investimentos em infraestrutura na Educação somam mais de R\$ 4 milhões

Página 4

Motorista tomba carreta na MG-050

Página 5

VEJA NESTA EDIÇÃO



Prefeitura conclui Plano de Cargos e Carreira do Magistério

Página 14

Câmara realiza a primeira aula do Curso de Libras em Paraíso

Página 5

Em Guardinha, Prefeitura inaugura primeira EAP do Município

Página 8

O que não faltam são reclamações sobre lotes e glebas sujas

Página 6

Limpeza das lagoas no San Genaro expõe tubulação com esgoto poluído

Página 7

ACISSP realiza eventos em comemoração ao Mês da Mulher

página 3

Sicredi apresenta resultados e ações para associados de Minas Gerais

Capa Caderno B

JARDINS DE VERSALHES

A EMPRESA MEDITERRANÉE IMOBILIÁRIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede nesta cidade, na Rua Pinto Ribeiro, nº635 – Sala 1, na qualidade de Sociedade Empresária Limitada, inscrita no CNPJ nº 08.059.129/0001-87, vem informar que, com a publicação do **DECRETO MUNICIPAL Nº 5.976/2021**, foram liberados os lotes caucionados, localizados no **Loteamento Jardins de Versalhes** situados na cidade de São Sebastião do Paraíso-MG, estando todos os lotes liberados para construção.

São Sebastião do Paraíso, 03 de fevereiro de 2021

MEDITERRANÉE IMOBILIÁRIA LTDA

IMOBILIÁRIA MEDITERRANÉE ☎ 35 3531-5252
 CRECI: MG-J-3432 📍 Rua Pinto Ribeiro, 635 - Centro
 Loteamento aprovado conforme decreto municipal nº 5356 e registrado no CRI de São Sebastião do Paraíso sob a matrícula nº 43.415

LABORATÓRIO UNIMED
 Nova unidade, no centro de Paraíso

Av. Dr. Delfim Moreira, 1400
 Junto ao Complexo Administrativo Unimed
 Com estacionamento especial para clientes
Coletas a partir das 06:00h
Fone: (35) 3539-8400

ANS - nº 32.735-2

Preparado para atendimento infantil

Resultados: www.unimedssp.coop.br

Unimed São Sebastião do Paraíso

CUIDAR DE VOCÊ. ESSE É O PLANO.

Libertas

Você começa a estudar com a gente em 2022?

Então confira as mensalidades para alunos ingressantes e o valor com **DESCONTO** para pagamento antecipado!

Inscrições abertas pelo site para o Vestibular 2022. Prova on-line ou análise de histórico escolar.

Cursos	Valor	Desconto	Valor Antecipado
Administração	R\$ 420,00	5%	R\$ 399,00
Ciências Contábeis	R\$ 420,00	5%	R\$ 399,00
Direito	R\$ 840,00	5%	R\$ 798,00
Enfermagem	R\$ 549,00	5%	R\$ 521,55
Engenharia Civil	R\$ 549,00	5%	R\$ 521,55
Engenharia de Produção	R\$ 549,00	5%	R\$ 521,55
Odontologia	R\$ 757,00	5%	R\$ 720,01
Pedagogia	R\$ 420,00	5%	R\$ 399,00
Psicologia	R\$ 729,00	5%	R\$ 692,55
Sistemas de Informação	R\$ 420,00	5%	R\$ 399,00

Libertas prava!er

FIES

libertasfaculdades
 Tel.: 0800 283 2400
www.libertas.edu.br

CURTAS

MÁSCARAS

O prefeito Marcelo Moraes deve anunciar nesta segunda-feira (14/3) que não mais será exigido no município em espaços abertos, o uso de máscaras como medida protetiva à contaminação de coronavírus. Será nos mesmos moldes da resolução estadual que entrou em vigor nesta semana. De vez que 90% da população tomou a primeira dose e 85% a segunda dose da vacina, a expectativa é que em breve seja liberado de vez, o uso de máscaras no município paraense.

CENTRO COVID

O Centro Covid, criado há pouco mais de um ano e que passou a funcionar no atual modelo para o combate a coronavírus, sendo a porta de entrada para o tratamento de quem apresentava os sintomas da doença em Paraíso, será fechado nas próximas horas ou nos próximos dias. O prefeito Marcelo Moraes, antecipou o anúncio da decisão em um post nas redes sociais. É mais uma medida relacionada a covid-19 que vai caindo por terra com a redução dos casos, das internações e de pessoas necessitadas de atendimento, por este motivo. Com tantas evoluções esperadas que não demore e o mundo possa se ver livre da pandemia, que ainda assola tanto as pessoas.

RECLAMAÇÕES

Há algumas semanas tem surgido com muita frequência reclamações contra o serviço de transporte coletivo urbano que segundo os usuários tem deixado muito a desejar. Alguns gargalos se tornaram mais evidentes com o início das aulas e o deslocamento dos estudantes para as escolas. Atrasos, superlotação e prejuízos em relação a compromissos tem sido uma constante. Antes que a coisa se degrida de vez, ainda é tempo de que haja uma intervenção e se faça alguma coisa para o setor antes que o caos tome de conta de vez da situação. Há quem opine que o Município deva solucionar o quanto a questão, evitando assim que o descontentamento da população possa chegar a índices indesejados e irreversíveis.

RETOMADA

O vereador Antônio César Picirillo, confirmou que as obras para a construção da alça de ligamento entre as rodovias MG-050 e a BR-491 foram retomadas depois da tradicional paralisação de fim de ano. A medida é justificada em função do período chuvoso que predomina nesta época. Como a chuvarada tende a se tornar mais escassa com a chegada do tempo seco é hora de acelerar os trabalhos. Toninho Picirillo visitou o local e pôde conferir de perto que máquinas, caminhões e operários retomaram as atividades e trabalham no local. O vereador está otimista e confiante de que agora a obra possa de fato sair do papel.

COMPOSTAGEM

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável de São Sebastião do Paraíso e da região – CIDASSP, em parceria com a Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas, promoverá na próxima terça-feira, 15, das 13h às 15h, uma Oficina de “Compostagem em Balde”. Os interessados poderão aprender como fazer composteira com baldes em sua residência. A compostagem é uma técnica que transforma resíduos orgânicos — restos de alimento, poda, entre outros — em adubo orgânico rico em nutrientes. O objetivo da oficina é possibilitar o uso doméstico de uma composteira.

MICROCHIPAGEM

A Prefeitura de São Sebastião do Paraíso recebeu nesta sexta-feira, 11, do programa “Conheça Seu Amigo”, do Governo de Minas, 1.400 microchips para serem aplicados em cães e gatos do município. Além disto, também recebeu leitores de microchip para identificar os animais. Conforme o governo mineiro, a prioridade de implantação são os animais provenientes de comunidades de baixa renda e animais abandonados para doação. Paraíso foi um dos 50 municípios mineiros escolhidos pelo governo para receber os microchips e leitores desses aparelhos. O secretário municipal de Meio Ambiente, Renan Jorge Preto, apresentou a Prefeitura de Paraíso na solenidade de entrega do equipamento juntamente com o procurador-Geral do Município, Flávio Henrique da Silva.

ADESÃO

Os servidores da Escola Estadual Alice Autran Dou rado, o Ginásio, em Guaraniésia é a primeira da região a aderir a greve geral dos profissionais da educação deflagrada na quarta-feira, 9, em Minas Gerais. Representantes da categoria fizeram assembleia e decidiram que vão paralisar as atividades a partir do dia 14 próxima segunda-feira. Em comunicado distribuído à comunidade escolar é informado que nenhum aluno será prejudicado e que as aulas serão repostas em momento oportuno. Os educadores reivindicam o pagamento do Piso Nacional do Magistério no valor de R\$ 3.845,63. Profissionais de outras escolas dos municípios da Região de Ensino na região devem seguir o mesmo caminho.

GOLPE NA JUCEMG

Golpistas estão mais uma vez atuando para aplicar golpes milionários em leilões. Uma cópia do site da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (Jucemg) foi criada com nomes falsos de leiloeiros com o objetivo de enganar cidadãos que, porventura, buscam a compra de bens por meio de leilões. Sites de Juntas Comerciais de outros estados, como São Paulo e Ceará, também foram alvo dos golpistas. Logo após tomar conhecimento dos fatos, a direção da Jucemg acionou a Delegacia Especializada em Investigação de Fraudes (DEIF), que já destacou uma equipe que está atuando no caso. A entidade alerta mais uma vez sobre a ocorrência destes golpes e recomenda aos usuários que, antes de se inscreverem em leilões eletrônicos / on-line, verifiquem a veracidade do endereço do site, do leiloeiro e do processo.

OPINIÃO

SOMOS EGOÍSTAS?

Tio Flávio

Eram três, mas um deles arrumou emprego. Os outros dois irmãos continuam ali, nos sinais das avenidas Álvares Cabral e Bias Fortes, no Centro de Belo Horizonte. Quando mais novos, tomavam conta dos carros na rua Santa Catarina, depois começaram a vender balas. Com o início da pandemia, e o medo das pessoas em tocar superfícies estranhas, as balas e paçoquinhas tiveram que ser substituídas pela água com detergente jogada nos para-brisas dos veículos.

Um dia desses, dentro do supermercado, o irmão mais velho estava comprando água. Disse que não conseguiam achar um lugar na rua para pegar água e preferia comprar, pois era mais seguro usar uma água limpa.

Sempre que posso e que passo por eles nos fins de semana levo uns copos descartáveis e um refrigerante gelado, que eles dividem entre os três alegremente. Falei para eles que uma pessoa me doou umas roupas de crianças e perguntei se tinham irmãos mais novos, ao que me falaram que além de um bebê, tinham mais dois.

Todos os meses uma funcionária do prédio onde eu moro doa sua cesta básica para que eu possa direcionar para alguma família. Eu sempre entrego para um jovem, recém-saído de um abrigo, que mora com a sua mãe, que é desempregada e que recebe um auxílio de menos de cem reais. No mês passado ganhei duas cestas e resolvi perguntar aos meninos se eles queriam.

Um deles me acompanhou até o prédio e pegou a cesta, pesada, que ele colocou no ombro e disse que dividiria o peso com o irmão, para que eu ficasse despreocupado. Entreguei uma sacola daquelas retornáveis, mas ele dispensou, pois colocariam alguns itens nas mochilas. Passando por eles, a pé, sempre paro para conversar e observá-los trabalhar.

Um dia desses eu ia me aproximando e o mais velho dos dois estava sentado comendo um biscoito recheado. Um rapaz numa moto parou no sinal. De longe eu via, mas não entendia a cena. O menino deu a embalagem de biscoito ao motoqueiro, que pegou uns dois e devolveu o restante.

Como a embalagem já estava na metade, o menino dizia: "não, só pode ficar. Eu já comi metade". O rapaz da moto insistia: "Obrigado, irmão, mas o biscoito é seu, pode comer". No fim de tudo isso, o sinal abriu e o motoqueiro partiu, levando, com a permissão e insistência do menino, o restante do biscoito.

Eu acho que já devia ser umas 17 para 18 horas. Falei com o menino que tinha ganhado mais uma cesta este mês, se ele queria. Ele aceitou, explicou ao irmão mais novo que iria buscar. Ainda brinquei com eles: "Isso é trabalho infantil escravo, né? Um trabalha e o outro passeia". Nós rimos e subimos para a minha casa.

No caminho eu perguntei: "O motoqueiro te pediu o biscoito, foi?".

Ele, sério, respondeu: "Não, eu que ofereci. Eu comprei o

biscoito, mas essa hora os trabalhadores começam a descer das obras, com fome, aí eu divido com meu irmão e sempre deixo uns pra dar para eles. Imagina, até chegar em casa, com fome, é duro, né?".

Eu já escrevi outras vezes sobre esses irmãos por aqui. Eles são muito educados, respeitosos, não chegam nos carros jogando o seu produto, sempre pedem autorização e esperam pela resposta. Pergunto sempre se eles estão estudando e eles dizem que trabalham só a tarde, já que frequentam a escola de manhã no aglomerado onde moram, no Morro das Pedras, região oeste de BH.

Durante a pandemia eles ficavam mais tempo na rua, sempre trabalhando.

Eu "viajo" bastante nessas pequenas atitudes nossas de cada dia. Penso muito numa visão, que para mim é equivocada, de que seres humanos têm natureza egoísta. Popularizado a partir da década de 1970, o livro "O Gene Egoísta", do Richard Dawkins, já foi rechaçado por cientistas e estudiosos diversos. A afirmação de que somos egoístas é sustentada pela mídia, ao mostrar, reforçar e amplificar tragédias e desgraças cotidianas, omitindo incansavelmente uma infinidade diária de boas ações, em níveis micro ou macro mesmo, realizadas por anônimos.

Acreditamos que a humanidade é egoísta, mas conhecemos um monte de gente com atitudes egoístas e solidárias. Mas, na nossa mente, essas são poucas, são minoria, pois tiramos o mundo pelo colega de trabalho que nos persegue, sem colocar na balança aqueles que em simples ações se relacionam com a gente de forma solidária.

O reconhecimento de que estamos numa comunidade requer da gente consciência, que pode ser praticada, para que nossos hábitos mudem e, assim, possamos nos ajustar à sociedade que queremos.

Tolstói dizia que todos pensam em mudar a humanidade, mas o princípio disso é mudando a si mesmo. Isso não quer dizer que sejamos egoístas, mas que precisamos educar nossos hábitos e atitudes perante pequenas questões cotidianas e diante da vida.

Rutger Bregman, um historiador holandês, analisando diversos experimentos e pesquisas, diz que a nossa essência é mesmo solidária e dentro os diversos estudos e exemplos que ele cita, está um em específico, conhecido como Natal de 1914, em que soldados rivais nas trincheiras, em plena primeira guerra mundial, deram uma trégua não oficial para celebrarem juntos o Natal.

Vemos ações solidárias se espalharem diante de catástrofes e tragédias, mobilizando várias pessoas e sendo a esperança, material e afetiva, de tanta gente, mas insistimos num discurso vazio, alimentado por redes sociais e notícias "comerciais" de que somos mesmo é egoístas.

(Hoje em Dia - 04/03/2022)

Tio Flávio - Palestrante, professor e criador do movimento voluntário Tio Flávio Cultural

8 de Março

“Atrás de um grande homem existe uma grande mulher”.

Hoje, acredito que podemos alterar este antigo ditado: “A mulher está ao lado ou à frente nos arrastando em direção ao futuro”.

Atuam em profissões variadas, como variado é o universo de sentimentos que trazem.

Diante do preconceito e do machismo da época, só nos resta dizer do fundo do coração, obrigado, muitíssimo obrigado por vocês tão maravilhosas existirem e nos conduzirem nesta breve passagem.

LAÉRCIO FELÍCIO DA SILVA
Membro Efetivo da Academia
Paraense de Cultura.

FALECIMENTOS

- 05/03 - Gilberto Aparecido Machado, 66 anos
- 05/03 - José Delmindo Filho, 82 anos
- 05/03 - Maria Zilda de Alcântara Abir Nader, 85 anos
- 05/03 - Francisca Cândida Alves, 83 anos
- 06/03 - Leandro Soares Gonçalves, 33 anos
- 06/03 - Benedito Cardoso de Almeida, 83 anos
- 07/03 - João Carlos Alves Pio, 36 anos
- 07/03 - José Fernandes, 74 anos
- 08/03 - Luciano Júnior Pereira, 21 anos
- 10/03 - Lourdes do Nascimento, 47 anos
- 10/03 - Ulisses Rodrigues da Silva, 82 anos
- 11/03 - Vitor Carvalho Donato, 66 anos

A FAMÍLIA

IVANILDA RODRIGUES PAYA



Consternada comunica o seu falecimento ocorrido no dia 3 de março.

Agradece manifestações de pesar recebidas, e no ensejo externa agradecimentos à Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, funcionários da limpeza, portaria e enfermagem, assistentes sociais e cuidadoras pelo carinho e atenção a ela dedicados no período de sua enfermidade. Aos médicos Dr. Rodrigo Russo, Dr. José Carlos Costa, Dr. Henrique Landgraaf e Dra. Carina, nossa gratidão e eterno reconhecimento.

Agradecemos, de igual maneira, aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde no setor de fornecimento de oxigênio, funcionários do Cemitério Municipal.

HOJE NOSSOS CORAÇÕES PESAM DE TRISTEZA E DE LUTO. IRMÃOS, AGENOR FERREIRA JÚLIO E ANDERSON FERREIRA JÚLIO.

Faleceu em Uberlândia (MG) o funcionário e engenheiro da Caixa Econômica Federal

ÂNGELO FERREIRA FILHO



Deixando esposa, filhas e genro. Prestamos homenagem ao irmão querido que se encontra ao lado do Pai, nosso Criador pelo excelente exemplo de pessoa que foi, irmão, pai, esposo, amigo, companheiro.

Já dizia William Shakespeare: “Os covardes morrem várias vezes antes de sua morte, mas o homem corajoso experimenta apenas uma vez “. Que Deus o receba de braços abertos. SAUDADE ETERNA

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso – MG. Edital Resumido, Processo Licitatório nº 024/2022, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2022, Registro de Preços nº 002/2022, Tipo Menor preço por item. Objeto: Registro de preços para escolha mais vantajosa e eventual contratação de prestador de serviços objetivando a Organização e Realização de Campeonatos de Futebol de Campo e de Salão (Futsal), fornecimento de troféus e medalhas para as equipes campeãs e demarcação de campos de Futebol no Município, por um período de 12 (doze) meses, com livre participação. A abertura será dia 29 de Março de 2022, às 09:00 horas. O edital completo e as demais informações relativas a presente licitação encontram-se à disposição no site: www.ssparaíso.mg.gov.br e na Prefeitura Municipal, Gerência de Compras e Licitações, localizada na Praça Inês Ferreira Marcolini, nº 60, piso superior, Bairro Lagoinha, nesta cidade, fone (0xx35) 3539-7015, diariamente das 9 h às 16h30min, onde poderão ser lidos, examinados e adquiridos. São Sebastião do Paraíso – MG, 11 de Março de 2022. Rosiely Mercês de Souza Volpe – Pregoeira.

EXPEDIENTE **Jornal do Sudoeste**

BISEMANÁRIO DE CIRCULAÇÃO REGIONAL
Filiado ao SINDUJORI (Sindicato dos Proprietários de Jornais do Interior de Minas Gerais)
GRÁFICA E EDITORA DR LTDA. CNPJ: 05.336.514/0001-36
Rua Céila, 25 - Vila Irmãos Bello - Fone: (35) 3531.1897
CEP: 37950-000 / São Sebastião do Paraíso - MG
E-mail: jornalsudoeste@yahoo.com.br e jornalsudoeste@paraisonet.com.br
homepage: www.jo2maldosudoeste.com.br
Editor e Diretor Responsável: Nelson de Paula Duarte - MT 08199
REGISTRADO NO CARTÓRIO DE TÍTULO E DOCUMENTOS REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS SOB Nº 20 DO LIVRO B1 FOLHAS 024.
DIAGRAMAÇÃO: Vasco Caetano Vasco
Impressão: GRÁFICA E EDITORA VALE DO FLAMBOYANT LTDA.
Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 485 - Lagoinha - Ribeirão Preto - SP
Textos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião do jornal.

ACISSP realiza eventos em comemoração ao Mês da Mulher

Atividades e eventos marcam as comemorações do Dia Internacional das Mulheres durante todo o mês de março

A ACISSP (Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e de Serviços de São Sebastião do Paraíso) está realizando um mês de comemoração pelo Dia Internacional da Mulher. No dia 8 de março foi montada mesa de café da manhã para todas as mulheres que passaram pela entidade e para as colaboradoras, sendo que todas receberam uma lembrança pela data. Acontecerão ainda diversos eventos e atividades nos próximos dias.

Neste sábado, 12 de março, acontece na Praça Comendador José Honório (Matriz) das 9h às 12h, o primeiro evento "Praça Viva", realizado pela ACISSP em parceria com a Prefeitura de São Sebastião do Paraíso.

O evento será promovido mensalmente em diferentes pontos da cidade e em datas comemorativas. O primeiro deles é em homenagem ao Dia Internacional das Mulheres. Terá música, dança e um encontro das digitais influencers da cidade, além do sorteio de prêmios para quem passar pelo local. O objetivo é marcar as comemorações dessa data tão importante e promover o aumento do movimento nos estabelecimentos comer-

ciais da cidade. Uma exposição com obras de mulheres artistas de nossa cidade está sendo organizada pelo diretor de Cultura da ACISSP, Bruno Félix, com o intuito de divulgação e valorização da cultura local. Os trabalhos já foram recebidos pela associação e a mostra será inaugurada no dia 15 de março, às 14h, no hall de entrada da associação. A entrada é gratuita e as obras ficarão expostas até o próximo dia 31, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

No dia 24 de março, às 19h, a ACISSP realizará um evento comemorativo em seu Teatro. Na oportunidade será apresentada oficialmente a diretoria da associação, que tomou posse no último dia primeiro de janeiro, e também da ACISSP Mulher, além de homenagem a uma empresária de Paraíso com anos de atuação.

O evento contará ainda com a palestra de Tânia Rezende, que é empresária no ramo de lingerie em Juruáia, presidente da ACIJU, diretora financeira da Federaminas e ex-presidente do Conselho Nacional da Mulher Empresária da CACB (Confederação das As-

sociações Comerciais e Empresariais do Brasil).

"No dia 24 de março teremos a oportunidade de apresentar a ACISSP Mulher e sua diretoria, assim como seus objetivos, áreas de atuação e celebrarmos o Dia Internacional da Mulher, trazendo reflexões sobre a importância dessa data, contando com a palestra de Tânia Rezende, cujo trabalho realizado é, sem dúvida, fonte de inspiração e referência para todas nós", analisou a presidente da ACISSP Mulher, Érica Dias Garcia.

Para o evento do dia 24 de março é necessária confirmar a presença pelo WhatsApp (35) 98845-4743.

ACISSP MULHER

A ACISSP Mulher foi inaugurada em setembro de 2021. Retomado os trabalhos da câmara em 2022 pela nova gestão, foi indicada a diretora de Empreendedorismo e Inovação da entidade, Érica Dias Garcia, como sua presidente e a diretoria será eleita entre as participantes.

Dentre os seus objetivos, a ACISSP Mu-

lher busca congrega empreendedoras à entidade no sentido de somar a sua visão empresarial às ações da associação em prol do desenvolvimento econômico e social de nosso município.

Sua atuação busca fomentar o networking entre as participantes, fortalecer a representatividade feminina na instituição e na comunidade, agregar o olhar feminino ao setor empresarial como um verdadeiro observatório social de nossa cidade, integrar as empreendedoras locais com as empreendedoras mineiras através da Federaminas Mulher, bem com as empreendedoras de todo o Brasil, através do Conselho Nacional da Mulher Empresária, além de aumentar a participação feminina no ambiente de negócios para promover a integração dessas lideranças com outros setores de nossa sociedade.

As empresárias interessadas em fazer parte da ACISSP Mulher podem procurar a entidade e obter mais informações. O contato é (35) 3539-4400 ou pelo WhatsApp (35) 98845-4743.

(Assessoria de Imprensa ACISSP/CDL)

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - SPC MAIS UM SERVIÇO ACISSP



O que é:
O departamento de proteção ao crédito da Acissp, presta informações importantes para o associado tomar decisões para oferta de crédito. Toda a comunidade também pode consultar gratuitamente o seu CPF aqui na Acissp.

Funções:
Através do acesso ao nosso SITE ou Aplicativo do SPC, você pode encontrar a consulta mais adequada para sua tomada de decisão e ter acesso às informações de inadimplência, crédito e score do seu cliente.

Vantagens:
Com informações precisas nossos associados têm maior segurança para realizar seus negócios diminuindo a inadimplência e a possibilidade do registro de negatividades com melhores resultados na recuperação dos créditos.

Como aderir:
A adesão deste serviço não tem custo para o nosso associado, sendo cobrada apenas a consulta que realizar. Faça contato para adesão, ou associe-se a nós para ter acesso a mais este serviço da Acissp. Aos consumidores a consulta é gratuita, feita apenas presencialmente, sendo necessário que o mesmo esteja com seu CPF e um documento com foto.
Caso seja consultas para terceiros somente com procuração.

Quer saber mais sobre o SPC?
Fale com a Amanda.
☎ ou ligue (35) 3539-4400.



VITRINE





VIA MARES
CALÇADOS & CONFECÇÕES
3558-9796



viamares_calçadosconfecções
Av. Ângelo Calafiori, 900 - Independência
São Sebastião do Paraíso - MG
3558-9796



AGRICOLA CAMARGO
Tecnologia de Alimentos em Fabricação



agricolacamargo
Agrícola Camargo
3660-1701
Rua Juvenal B. Fernandes, A20 - Vila Dalva



MERCADO JK
Tudo para você
3531-5860



3531-5860
PRAÇA DA ABADIA, 59 - MOCOQUINHA
São Sebastião do Paraíso - Minas Gerais



Michell
Venha conhecer o nosso espaço!



michellemporiogourmet
Michell Espaço Gourmet
Rua Dr. Placidino Brigagão, 1448 - Centro - TELEFONE: (35) 3531-2838
São Sebastião do Paraíso - Minas Gerais



MAFRA
3531-5330



mafra_tintas
Maфра Tintas São Sebastião do Paraíso
3531-5330
Av. Ângelo Calafiori, 632 - Mocoquinha
São Sebastião do Paraíso - MG



SINTONIA
3558-9647



moveissintonia
Av. Zezé Amaral, 980
Loteamento José Oliveira Brandão

www.acissp.com.br  [acissp_paraíso](https://www.instagram.com/acissp_paraíso)  [acissp](https://www.facebook.com/acissp)

Investimentos em infraestrutura na Educação somam mais de R\$ 4 milhões



Investimentos recuperarão espaços abandonados há anos pelo Poder Público



A Prefeitura de São Sebastião do Paraíso, por meio da Secretaria Municipal de Educação, está investindo, somente em reforma, restauração e melhorias das escolas Campos do Amaral, Roque Scarano e José Carlos Maldí cerca de R\$ 4,4 milhões. A ação faz parte do planejamento da Prefeitura em recuperar escolas que estavam em situação de abandono e já não apresentavam mais condições salubres para que as aulas pudessem ocorrer.

O valor investido na reforma do Campos do Amaral gira em torno de R\$ 2 milhões e atende a um anseio antigo da comunidade escolar paraísense, que estava preocupada com a segurança das crianças que estudam no local. O imóvel — que é centenário e tombado pelo patrimônio histórico, necessitava de reforma geral.

Entre os principais problemas a serem resolvidos no Campos, estavam as redes hi-

dráulica e elétrica, que estão sendo substituídas, o telhado, piso, paredes, calçada, sanitários, janelas e portas, que estão sendo restauradas. A escola passará a ficar acessível para todos os seus alunos, respeitando as leis de inclusão.

Na Escola Municipal Roque Scarano, a situação não era diferente. Naquele local os servidores e alunos sofriam com as péssimas condições do prédio, principalmente em dias de chuva, além da falta de água em períodos de seca. Agora, além de toda reestruturação do prédio, bem como a construção de novas salas e de uma quadra coberta dentro dos parâmetros da Secretaria de Estado de Educação, também será perfurado um poço artesiano, pondo fim ao problema com a falta de água que existia na Escola.

“O investimento no Roque Scarano é de cerca de R\$ 1,7 milhão, e irá resolver todos os



problemas enfrentados por aqueles servidores e alunos. Também estamos investindo cerca de R\$ 700 mil em melhorias da Escola Municipal José Carlos Maldí, que estava precisando urgentemente de uma intervenção, principalmente com problemas de infiltração. A Administração está empenhada em tornar a Educação de Paraíso modelo para toda a região”, finaliza o secretário de Educação, Lucas Cândido de Oliveira.

(por João Oliveira - Secom Pref. SSP)

Senado aprova projeto que simplifica ICMS dos combustíveis

O projeto retorna à Câmara dos Deputados para nova análise

Por Marcelo Brandão
Repórter da Agência Brasil
BRASÍLIA

O Senado aprovou, na tarde de sexta-feira (10), o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020, com o objetivo de reduzir o preço dos combustíveis para os consumidores. O PLP propõe a simplificação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em todo território nacional, instituindo a chamada “monofasia”, ou seja, a cobrança do imposto em apenas uma fase da cadeia produtiva. O projeto, de origem na Câmara dos Deputados, retorna àquela Casa para nova análise.

Atualmente, o ICMS sobre

combustíveis varia de estado para estado e é calculado em toda a cadeia de distribuição e sobre um preço médio na bomba. O PLP propõe que o tributo tenha um preço fixo, em reais, por litro de combustível, em vez de ser cobrado como uma porcentagem sobre o preço final do produto.

Segundo prevê o projeto, o ICMS Monofásico seria pago pelo produtor, seus equiparados e importadores dos combustíveis sob sua alçada. Além disso, incluem-se nessa categoria as pessoas que produzem combustíveis de forma residual, os formuladores de combustíveis por meio de mistura mecânica, as centrais petroquímicas e as bases das refinarias de petróleo.

O diesel é o único combustível que adotaria uma regra de transição emergencial. Segundo essa sistemática, enquanto não for adotada a monofasia — e correspondente unificação de alíquota — do diesel, o valor de referência para estipulação do tributo será a média móvel dos preços médios praticados ao consumidor final nos 60 meses anteriores a sua fixação. Os demais combustíveis, segundo o texto, devem ter sua tributação alinhada com o modelo da monofasia.

Esse é o segundo projeto aprovado sexta (10/3) no Senado cujo objetivo é reduzir o preço dos combustíveis. O primeiro, o Projeto de Lei (PL) 1.472/2021, foi votado e apro-

vado imediatamente antes da votação do PLP 11/2020. Após dois adiamentos de votação no Plenário, a aprovação dos dois projetos acabou ocorrendo nesta sexta-feira.

Diante do impasse e do anúncio da Petrobras de aumentar os preços do diesel e da gasolina em suas refinarias, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pediu empenho para deliberação do tema, sem novas prorrogações. Pacheco disse aos senadores que o anúncio do aumento substancial do preço dos combustíveis pela Petrobras impunha ao Senado a apreciação ainda na sessão de sexta-feira.

(Agência Brasil)

Governo estudará subsídio para o diesel se guerra se prolongar

Para ministro, por enquanto, corte de impostos amortecerá preços



Por Welton Máximo
Repórter da Agência Brasil
BRASÍLIA

O governo pode estudar a criação de um subsídio direto ao diesel caso a guerra entre Rússia e Ucrânia se prolongue, disse quinta-feira (10) o ministro da Economia, Paulo Guedes. Acompanhado do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, Guedes disse que o corte de impostos aprovado hoje pelo Senado ajudará a segurar o impacto da guerra entre Rússia e Ucrânia neste momento.

“Vamos nos mover de acordo com a situação. Se isso [a guerra entre Rússia e Ucrânia] se resolver em 30 ou 60 dias, a crise estará mais ou menos endereçada. Agora, vai que isso se precipita e vira uma escalada. Afim, você começa a pensar em subsídio para o diesel”, disse Guedes, após uma reunião com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, fora da agenda.

Na avaliação do ministro, a aprovação do projeto de lei complementar que corta tributos sobre os combustíveis é suficiente para amenizar o impacto do conflito sobre as bombas. “Por enquanto, a ideia é o seguinte. O primeiro choque foi absorvido. Agora vamos observar e nos mover de acordo com a situação”, comentou.

PETROBRAS

Tanto Guedes como o ministro de Minas e Energia negaram qualquer intenção de mudar a política de preços da Petrobras, que anunciou aumento de 18,77% para a gasolina, 16% para o gás de cozinha e 24% para o diesel nas refinarias. “O reajuste que hou-

ve hoje na Petrobras é um procedimento da própria empresa. Desde a lei do Petróleo, o mercado é livre. Foi o que aconteceu hoje”, justificou Bento Albuquerque.

PROJETOS DE LEI

O Senado aprovou um projeto de lei complementar que zera, até o fim do ano, o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre o diesel, o gás de cozinha e o querosene de aviação. O texto também muda a forma de cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre gasolina, etanol, diesel, biodiesel, gás de cozinha e querosene de aviação.

Os senadores também aprovaram um projeto de lei que cria um fundo para compensar altas extremas dos preços dos combustíveis, formado por dividendos da Petrobras à União, excesso de arrecadação e outros ativos financeiros do governo. Guedes disse que a utilização desse mecanismo, por enquanto, não está nos planos do governo.

Um terceiro mecanismo para segurar a alta do preço dos combustíveis seria a criação de um subsídio direto custeado pelo Tesouro Nacional às refinarias, com recursos do Orçamento. A medida tem impacto duplo sobre as contas públicas porque aumenta o déficit primário (resultado negativo das contas do governo sem os juros da dívida pública) e, dependendo do volume a ser gasto, comprometeria o teto federal de gastos. Essa ferramenta foi usada em 2018, após a greve dos caminhoneiros.

(Agência Brasil)

JOSÉ EDITIS DAVID
OAB-32.921/MG

SEBASTIÃO GERALDO DE PÁDUA
OAB-87.410/MG

FLÁVIA INÊZ DE SOUZA PÁDUA
OAB-121.764/MG

ADVOGADOS

RUA JOSÉ OSIAS DE SILOS, 561 - F. JARDIM MORADA DO SOL
TELEFAX: (35) 3531-2013 E (35) 3558-1724
josededitis@uol.com.br - sebastiaopadua@adv.oabmg.org.br

dk

GARANTIMOS O MELHOR EM PREÇO, QUALIDADE E ATENDIMENTO

COMPRAMOS CARTUCHOS VAZIOS

- Recargas
- Compatíveis
- Originais
- Toner
- Fitas
- Papéis
- Disquetes
- Acessórios
- Bobinas
- Remanufaturados

diskartucho
informática e papelaria

Tel: 3558-5566 Cel: 9975-0101

COMUNICAR
FONOAUDIOLOGIA CLÍNICA E OCUPACIONAL

Mary Rose Paschoini Moschetti
Fonoaudióloga | Crefono 5893/MG

APARELHOS AUDITIVOS

O ReSound LINX Quattro combina um som brilhante, um amplo espectro de streaming, suporte e personalização por meio do ReSound Assist e a solução auditiva recarregável, mais avançada do mundo.

Aparelhos com até **40% de desconto em até 10x**

CONVÊNIOS: CASSI | CEMIG | FURNAS | ELETROBRAS | BATALHÃO

Rua Raul Soares, 162 | Mocoquinha | Fone: 3531-7142
São Sebastião do Paraíso - Minas Gerais

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA INSTITUTO INCLUA - GESTÃO 2022/2025 -

O Instituto Inclua, associação sem fins lucrativos, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º 34.630.838/0001-80, neste ato representado pelo seu presidente do Caio Cesar Rodrigues de Toledo, no uso de suas estatutárias atribuições convoca os seus associados e sociedade civil para a Assembleia Geral Ordinária de Eleições e Posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal para o triênio 2022/2025, de acordo com as deliberações da Assembleia Geral de 12 de março de 2019.

A votação acontecerá dia 14/03/2022, às 19h00, na sede da instituição à Rua La Salles, no 141, bairro Mocoquinha, cidade de São Sebastião do Paraíso, CEP no 37950-000, Estado de Minas Gerais.

Consultas normativas da instituição encontram-se divulgadas no site: <https://institutoinclua.com.br/>.

Mais instruções e informações sobre a eleição podem ser obtidas pelo telefone (35) 99834-6565.

POLICIA

Homem é baleado por PMs no antigo posto fiscal na BR-265

Um homem de 33 anos foi alvejado por dois disparos de arma de fogo durante uma abordagem da Polícia Militar na zona rural de São Sebastião do Paraíso. Ele foi denunciado depois de ameaçar com um facão pelo menos três pessoas que passavam pelo local. Mesmo depois de atingido o acusado ainda tentou evadir-se, mas foi detido e encaminhado para a Santa Casa onde passou por procedimento cirúrgico para retirada dos projéteis. O suspeito já tem antecedentes criminais.

O fato ocorreu na tarde de quinta-feira, 10, no km 647 da rodovia BR-265. Conforme o BO, o suspeito é um homem negro, forte e com estatura mediana que estava sem camisa, trajava bermuda estampada e calça chinelo. De posse de um facão ele estava fazendo ameaças as pessoas que passavam com seus veículos pela pista de rolamento em frente a um antigo posto fiscal desativado.

Accionada a PM compareceu ao local e deparou com o suspeito bastante alterado. Ao visualizar os militares, ele ini-

ciou uma corrida em direção aos policiais, empunhando o facão.

Policiais advertiram para que o homem largasse a arma. No entanto, ele não obedeceu, continuando sua corrida em direção aos PM's. Para se defenderem policiais efetuaram disparos de pistola.

O homem evadiu correndo pelas margens da rodovia, tendo sido acompanhado pelos policiais com o objetivo de realizar a abordagem e desarmá-lo. Após correr cerca de 150 metros, ele caiu, soltou o facão, momento em que foi verificado que tinha sido alvejado.

Foi levado para a Santa Casa de Misericórdia. Um disparo atingiu seu abdômen e outro acertou o pé esquerdo. Após a identificação, foi verificado que o homem tem diversas passagens criminais.

A perícia técnica foi acionada e compareceu ao local. Uma policial feminina e um policial foram presos e apresentados a autoridade competente. O facão foi apreendido. O homem permanecia hospitalizado na manhã de sexta-feira, 11 de março.

INCLUSÃO

Câmara realiza a primeira aula do Curso de Libras em Paraíso

A primeira aula do curso básico de Língua Brasileira de Sinais - Libras, dentro do projeto "Libras para todos" foi realizada na Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, através da Escola do Legislativo. A capacitação é gratuita e voltada para servidores públicos, pessoas que convivem com deficientes auditivos, professores e pessoas que trabalham com atendimento ao público. O curso terá duração de três meses e ofertou 35 vagas.

O projeto tem a finalidade de cumprir o que determina a Lei 10.436 de 24 de Abril de 2002, garantindo por parte do poder público a difusão e o uso da Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

A professora Dalva Kellen Dizaro informa que o objetivo é ensinar a forma de comunicação básica para que os alunos comecem a comunicação inicial com pessoas surdas. "Na primeira aula, vimos que língua dos sinais é uma língua estruturada como todas as outras e como é constituída", destaca.



Instrutora Dalva Kellen destacou a importância da inclusão na primeira aula do curso realizado no plenário da Câmara

Logo de início foram apresentados os cinco parâmetros para que a comunicação com o surdo seja mais efetiva e clara. "Apresentamos o movimento das mãos, as configurações, a questão dos espaços, sobre as expressões faciais", detalhou a instrutora.

Para o vereador Vinício Scarano (CIDADANIA), que já atuou como presidente da Escola do Legislativo e também participou da aula, este é um sonho antigo que visa a realização da capacitação. "Estou muito feliz, é uma evolução totalmente focada na inclusão das pessoas que têm alguma dificuldade de audição", disse. Ele acrescenta que o curso vai fazer a diferença para to-

dos os participantes. "Não só na minha vida, como de todos que estão participando. Que essa seja a primeira turma de muitas", assegura.

Também esteve presente o vereador Luiz de Paula (PP), que considera o curso relevante. "Para nós, que somos 'analfabetos', aprendermos essa nova língua. Valeu a pena participar e quero dar continuidade de muito importante no nosso dia a dia", avalia.

Conforme a monitora de educação infantil, Elaine da Silva que também é aluna do curso de Libras deixou de ser uma opção. "Hoje em dia, por questões profissionais e para atender as crianças, o curso tornou-se uma necessidade", descreve.

A psicóloga, Lucilaine de Pádua, afirma que se inscreveu para poder se comunicar melhor com as pessoas surdas com quem convive. "Na verdade, libras é nossa segunda língua", relata. As duas disseram que têm boas expectativas quanto ao aprendizado durante o curso.

ZONA RURAL

Caminhão carregado com palha de amendoim tomba em estrada vicinal



Três homens que estavam no caminhão tiveram ferimentos leves e foram conduzidos até a Santa Casa



FOTOS: Corpo de Bombeiros

O resgate do Corpo de Bombeiros de São Sebastião do Paraíso foi acionado na manhã desta quarta-feira, 9, para atendimento de uma ocorrência na zona rural do município. Foi registrada por volta de 7h45 na estrada rural sentido bairro Queimada Velha onde houve o tombamento de um caminhão que transportava palha de amendoim. Três pessoas que estavam no veículo tiveram ferimentos leves e foram leva-

das para atendimento na Santa Casa de Misericórdia da cidade.

A ocorrência foi registrada numa estrada vicinal sentido o bairro rural da Queimada Velha, cerca de dois quilômetros do acesso pela BR-265. Foram três vítimas, sendo que uma estava caída. O homem estava consciente e orientado, mas reclamava de dores no tórax e na região cervical.

Outras duas vítimas esta-

vam nas imediações, sendo que o motorista, de 56 anos, apresentava edema no tornozelo e braço esquerdo. A terceira vítima, um corte no dedo da mão.

Receberam atendimento inicial com curativos, imobilizações e foram transportados, com monitoramento dos sinais vitais e avaliação continuada pelos resgatistas. Foram encaminhados para a Santa Casa de Misericórdia de Paraíso.

Segundo informações eles trabalham para uma empresa de São Carlos (SP) e faziam o transporte no baú fechado de uma carga de palha de amendoim que seria descarregada em uma granja. Segundo informações o caminhão ficou sem freio e acabou capotando na estrada.

O veículo seria des-tombado e a carga remanejada para ser encaminhada ao destino final.

ACIDENTE

Motorista tomba carreta na MG-050



Veículo tombou e ficou às margens da rodovia sendo que o condutor teve ferimentos leves



FOTOS: Divulgação

Policiais militares, Corpo de Bombeiros e funcionários da Concessionária AB Nascentes das Gerais foram mobilizados no início da noite de quinta-feira, 10, para atendimento de uma ocorrência de acidente de trânsito na MG-050. No km 389 da rodovia, foi registrado um acidente envolvendo um caminhão e o semirreboque que tombou as margens da via. O condutor, um motorista de 28 anos, de Franca (SP) foi socorrido e encaminhado à San-

ta Casa de Misericórdia, com suspeita de fratura da clavícula.

As causas do acidente não foram esclarecidas. Informações iniciais davam conta de que o condutor estaria preso as ferragens após o acidente. No entanto, ao chegarem ao local os homens do resgate do Corpo de Bombeiros depararam com o motorista sentado no interior da cabine.

Ele recebeu os primeiros socorros e reclamava de do-

res na região do tórax. O caminhoneiro foi encaminhado para a Santa Casa de Misericórdia de Paraíso, onde foi deixado sob os cuidados médicos da equipe de plantão. De acordo com informações preliminares a vítima apresentava suspeita de fratura na clavícula, mas não corria risco de morte.

A Polícia Militar Rodoviária também esteve presente no local onde foi registrado um boletim de ocorrência. Não fo-

ram divulgadas informações se o caminhão estava carregado e qual tipo de carga transportava. Também não foram mencionados detalhes sobre origem e destino.

Uma equipe da concessionária AB Nascentes das Gerais esteve no local do acidente e ajudou a fazer a sinalização do trânsito. O condutor reside em Franca, o caminhão Mercedes Bens, placa de Passos. Já o reboque pertence a uma empresa de Cubatão (SP).

diskartucho
informática e papelaria

www.diskartucho.com.br

Reciclagem de cartuchos e toner.

(35) 3558-5566

RUA JOAQUIM ROSA DE FIGUEIREDO, 111

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG

PRACA COMENDADOR JOSÉ HONÓRIO, Nº 107 - CENTRO
(35) 3531-5022 / (35) 3531-2761
(35) 9.8871-3488
crtsp@paraíso@gmail.com

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONFRONTANTE

O Senhor, **FRANCISCO ROSSI**, Oficial Registrador de Imóveis da circunscrição de São Sebastião do Paraíso-MG, **FAZ SABER** que, é feita publicação de procedimento de retificação de área, que MANOEL SILVA, portador do C.P.F.n. 057.122.466-00, requer a retificação de sua propriedade, matriculada sob nº 27.816, do livro 02, Registro Geral, desta serventia, processada na forma do artigo 213 da Lei 6.015/73, dos Registros Públicos. E, diante da falta expressa anuência na planta e/ou declaração individual de respeito de limites da confrontante **NADIR PEREIRA DOS SANTOS**, portadora do C.P.F.n. 397.678.766-34, residente e domiciliada à Rua Carlos Candiani, nº210, proprietária do imóvel constituído por uma casa de morada, situada nesta cidade, na Vila Nossa Senhora de Fátima, com frente para a Rua Carlos Candiani, nº 210, (antiga Rua Livberalino Ramos) e seu respectivo terreno medindo 17,40 metros de frente para a referida via pública, 11,80 metros de fundos, por 12,80 metros de um lado e 15,00 metros de outro lado, objeto da matrícula nº 38.989, do livro 02, Registro Geral, desta serventia, fica a proprietária notificada do inteiro teor dos trabalhos técnicos que se encontram arquivados e disponíveis para conhecimento neste Serviço Registral de Imóveis de São Sebastião do Paraíso-MG, podendo, nos termos do § 2º do art. 213, impugnar fundamentalmente os presentes trabalhos, no prazo legal de 15 dias. Na falta de impugnação no prazo da notificação resulta na presunção legal de anuência do confrontante ao pedido de retificação de área nos termos do § 4º do art. 213 da LRP, portanto as opções que a lei confere ao NOTIFICADO são: 01) impugnar fundamentalmente; 02) anuir expressamente; e 03) deixar transcorrer o prazo, aceitando os trabalhos tacitamente. Decorrido o prazo legal sem impugnação, contado da primeira publicação deste edital, que será publicado duas vezes, poderá ser deferida a retificação pretendida. São Sebastião do Paraíso, em 08 de março de 2022.

O Oficial:
Francisco Rossi
Oficial

POLÍTICA

Senado instala comissão para modernizar a Lei do Impeachment

Colegiado terá 180 dias para apresentar um parecer



Por Karine Melo
Repórter da Agência Brasil
Brasília

O Senado instalou nesta sexta-feira (11) a comissão de juristas para atualizar e modernizar a Lei do Impeachment, de 1950. A norma define os crimes de responsabilidade e regula o processo de julgamento de autoridades que incorrerem nessas práticas.

FUNCIONAMENTO

A comissão terá 180 dias para apresentar um estudo e um anteprojeto sobre o tema. Depois de subscrito por um ou mais parlamentares, o texto passa a tramitar como um projeto de lei e, se aprovado pelo plenário do Senado, seguirá para análise da Câmara dos Deputados. Após vencidas essas etapas, a proposta segue para sanção do presidente da República.

Sob a presidência do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski, que em 2016 presidiu a sessão que resultou no impeachment de Dilma Rousseff (PT), integram o colegiado 11 juristas. O grupo não receberá remuneração, mas os gastos com logística gerada durante o funcionamento da comissão serão custeados pelo Senado.

“Isso é muito importante para o país, uma modernização de uma lei fundamental para os dias de hoje, para que se possa ter a melhor disciplina possível em relação a um instituto que foi recentemente usado por mais de uma vez no Brasil e que, obviamente, precisa estar adequado sobretudo à Constituição de 1988, que veio bem depois da sua edição na década de 50”, disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

LEI DEFASADA

De acordo com a justificativa do ato que cria a comissão, editado pelo presidente do Senado, a Lei do Impeachment, parcialmente recepcionada pela Constituição Federal de 1988, está defasada. “Considerando que os problemas da Lei nº 1.079/50, elaborada ainda na vigência da Carta de 1946, já

foram apontados em diversas ocasiões pela doutrina e jurisprudência como fonte de instabilidade institucional, demandando assim sua completa revisão”, ressalta o documento.

No entendimento do ministro Ricardo Lewandowski, o descompasso da norma com a chamada Constituição Cidadã, de 1988, está explícito especialmente no que diz respeito ao devido processo legal, ao direito à ampla defesa e ao contraditório do acusado. Para o ministro, a razoável duração do processo também é um ponto a ser considerado pela comissão.

Ao lembrar a experiência de ter presidido a etapa do Senado do processo que resultou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o ministro lembrou que por ser uma norma “pobre”, no que diz respeito a procedimentos, naquele caso precisou reunir os líderes da Casa para fazer um procedimento “ad hoc”, ou seja, próprio para aquele momento. À época, destacou o ministro, a conduta teve como base parte dos regimentos do Senado e da Câmara dos Deputados, os precedentes do Supremo Tribunal Federal, preceitos do Tribunal do Júri, previstos no Código de Processo Penal e a experiência do processo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992.

Quem integra a comissão de juristas: - Ministro Ricardo Lewandowski, ministro do Supremo Tribunal Federal; - Antonio Anastasia, ministro do Tribunal de Contas da União; - Rogério Schietti Cruz, ministro do Superior Tribunal de Justiça; - Fabiano Silveira, ex-ministro da Controladoria-Geral da União; - Marcus Vinícius Coêlho, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; - Helene Torres, jurista; - Gregório Assagra de Almeida, jurista; - Maurício Campos Júnior, advogado; - Carlos Eduardo Frazão do Amaral, advogado; - Fabiane Pereira de Oliveira, assessora do STF; - Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

(Agência Brasil)

PANDEMIA

Governo de Minas Gerais desobriga uso de máscara em local aberto

O Governo de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde (SES/MG) anunciou que a partir do próximo sábado, 12, o uso de máscara em locais abertos não será mais obrigatório em Minas Gerais. O secretário Fábio Bacheretti disse que a recomendação é do Estado, mas que cada Município tem autonomia para decidir sobre o assunto. Também na quinta-feira, 10, ele informou sobre o fim do plano Minas Consciente que foi criado para definir os protocolos e as restrições para o funcionamento das atividades econômicas, classificadas por ondas e cores nos municípios.

A medida que desobriga o uso de máscara em locais abertos em Minas Gerais foi anunciada por Fábio Bacheretti durante entrevista coletiva de imprensa no fim da manhã de quinta-feira, 10. Segundo o secretário a decisão foi tomada em função da melhora dos indicadores da pandemia no estado. A letalidade da covid-19 está em 1,8 que é considerado abaixo da média nacional que está em cerca de dois.

Conforme Bacheretti, entretanto, a decisão do uso ou não da máscara ficará a critério de cada município. Ou seja, municípios que quiserem manter o uso obrigatório podem continuar a fazê-lo. Também foi citado que a utilização da máscara



Uso de máscara passa a ser espontâneo em locais abertos em Minas Gerais a partir do sábado, 12 de março

em locais fechados deve obedecer a meta de vacinação. “Quando os municípios atingirem, além de 80% da aplicação das duas doses, chegarmos a 70% do reforço, a desobrigação em ambientes fechados será recomendada”, afirmou.

O secretário disse ainda que a desobrigação do uso de máscaras em locais fechados será autorizada quando a vacinação atingir ao menos 80% da população com 5 anos ou mais

estiver com duas doses. Em relação a dose de reforço deve-se atingir pelo menos 70% da população com 18 anos ou mais. Segundo o Governo, Minas possui 81% da população com 5 anos ou mais vacinada com duas aplicações, enquanto que o reforço possui cobertura de 44% das pessoas com idade a partir de 18 anos.

MINAS CONSCIENTE

Também no próximo sábado, 12, acabará o programa

Minas Consciente, criado pelo Governo de Minas para definir os protocolos e as restrições para o funcionamento das atividades econômicas nos municípios. Mesmo com o fim das “ondas” de classificação dos níveis de contaminação o Estado vai monitorar a pandemia. A onda verde vinha sendo mantida nos últimos meses mesmo com o crescimento de casos surgidos ocasionados pela variante Ômicron.

Para isso serão observados indicadores como a variação da incidência entre a semana atual e as duas anteriores (21 dias), o número de pacientes com covid-19 internados em UTI, proporcional aos pacientes nas CTIs do Estado. Também serão consideradas as proporções de pacientes internados e o total de casos confirmados, além da fila de pacientes a espera de leitos.

Na semana passada o prefeito de São Sebastião do Paraíso Marcelo Moraes disse ao **Jornal do Sudoeste** que aguardaria a decisão do comitê estadual para tomar a decisão local. Ele disse que sua intenção é seguir a mesma diretriz. Desta forma, a expectativa é de que até no próximo sábado, 12, também no município editado novo decreto tratando do assunto no âmbito municipal em consonância com a decisão estadual.

LIMPEZA

O que não faltam são reclamações sobre lotes e glebas sujas

Sebastião Tadeu Ribeiro

Sábado passado (6/3), o JS publicou matéria em que moradores reclamam de terrenos e glebas sujas, particulares e da própria Prefeitura no Jardim Diamantina, pedindo providências por parte da Vigilância Sanitária para mandar limpar inúmeros terrenos e glebas que estão sujas de matos e detritos, que viraram criadouros de insetos, bichos peçonhentos e esconderijos para maus intencionados, o problema continua.

Nesta semana o JS recebeu inúmeras denúncias relativa a sujeira de matos e detritos que está havendo no Bairro Nascente do Paraíso e também de um terreno onde localizado na Av. Wenceslau Braz, Bairro Lagoinha, no mesmo quarteirão e na mesma calçada, logo acima do tratamento de água da Copasa.

Fomos ao local verificar as duas denúncias, e realmente os reclamantes estão cobertos de razão. No Bairro Nascente do Paraíso tem tantos lotes sujos de matos e com detritos, a quantidade é tão grande que é difícil até pra contar. Há vários quarteirões onde mato já tomou da calçada e está invadindo o leito das vias públicas, um vi-



Vejam o matagal em um dos lotes, invadindo calçadas e o leito da rua, no Nascente do Paraíso

sual de despejo e preocupação por parte dos moradores, tanto pela questão de segurança e serem atacados por serpentes e escorpiões, porque lá tem e muitos, afirmou ao JS, um dos moradores.

Na Av. Wenceslau Braz, logo acima da subestação da Copasa, se trata de um terreno que agora está vago, porque havia uma antiga edificação

residencial que foi demolida. O mato está alto, e moradores já constaram em seus quintais a presença de bichos peçonhentos, principalmente escorpiões.

Temos percorrido diversos bairros de Paraíso, a coisa tá feia, o que tem de lotes e glebas sujas de matos e detritos, se for contar, num dia só não dá tempo. A Prefeitura vai ter que aumentar o número de fiscais e

também de aumentar o número de tratores com roçadeiras para fazer as limpezas. A demora e a lentidão para que Prefeitura tome providências é muita, a gente pede, e atitudes para resolver este grave e preocupante fato não têm acontecido, desabafaram moradores do Jardim Diamantina e Nascente do Paraíso, ao **Jornal do Sudoeste**.

PANIFICADORA JAPÃO

ACEITAMOS ENCOMENDAS DE PÃES - BOLOS - TORTAS - SALGADOS - PÃES DE QUEIJO

3531- 6133

Av.: Monsenhor Mancini, 434 - São Sebastião do Paraíso - M.G

ESTÚDIO

FOTOCENTER

Weddings
Desde 1970

AVENIDA ITÁLIA - 1200

(35) 99877-8630 JUCELINO (35) 99833 - 7817 WALDEMAR (35) 99756 - 2938 JOZI

@JUCELINO.DIAS STUDIO FOTOCENTER

Paraíso é contemplada em programa de microchipagem animal



A Prefeitura de São Sebastião do Paraíso recebeu nesta sexta-feira, 11, do programa "Conheça Seu Amigo", do Governo de Minas, 1.400 microchips para serem aplicados em cães e gatos do município. Além disso, a Prefeitura também recebeu leitores de microchip para identificar os animais.

De acordo com o governo mineiro, a prioridade de implantação são os animais provenientes de comunidades de baixa renda e animais abandonados para adoção. São Sebastião do Paraíso foi um dos 50 municípios mineiros escolhidos pelo governo para receber os microchips e leitores desses aparelhos. A escolha ocorreu por meio de um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad.

O secretário municipal de Meio Ambiente, Renan Jorge Preto, que representou a Prefeitura de Paraíso na solenidade de entrega do equipamento juntamente com o procurador-Geral do Município, Flávio Henrique da Silva, falou sobre a importância do programa: "É importante observar que o trabalho é uma política pública voltada para as populações mais carentes. A microchipagem é importante, pois, se o animal for solto e encontrado vagando, o instrumento permite identificar as condições dos animais".

A campanha de identificação dos animais domésticos será programada e executada pela Secretaria de Saúde, por meio do departamento de Controle de Zoonoses, nas próximas semanas.

(Secom Prof. SSP)

Sebastião Tadeu Ribeiro

Com a limpeza dos matos de dentro das represas do Bairro San Genaro que está sendo feita pela Prefeitura, principalmente na última no Parque Indústria 1, foi descoberta uma tubulação que está jogando a céu aberto uma água fedorenta e de coloração de óleo diesel queimado, ou seja, coloração preta. Referida água poluída cai no Córrego Coolapa, atravessa por tubulação que passa por baixo da Rodovia BR.491 e passa justamente no fundo dos quintais das residências dos moradores da Rua Antônio C. Vieira e Silva.

Este horroroso e inaceitável fato não atinge somente moradores do Cidade Industrial e parte do Jardim Planalto, a água poluída despejada no Córrego Coolapa passa por diversas fazendas e sítios e vai desaguar e poluir o Rio Santana.

Cabe a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e também ao Ministério Público, juntos efe-



Vejam o matagal em um dos lotes, invadindo calçadas e o leito da rua, no Nascente do Paraíso

tuarem um trabalho de investigação para descobrir qual indústria que está instalada no Parque Industrial 1, que está

causando esta poluição que afeta pessoas dos referidos bairros mencionados, poluindo o Córrego Coolapa, Rio Santana

e ainda afeta a saúde de animais que fazem uso desta água poluída com produtos químicos sem nenhum tratamento.

Por Welton Máximo
Repórter da Agência Brasil
BRASÍLIA

Apesar de entraves no site no primeiro dia, o número de contribuintes que acertaram as contas com o Leão aumentou na primeira semana de entrega de Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física. Até as 16h de sexta-feira (11), 2.289.606 declarações foram enviadas.

O número representa crescimento de 13,3% em relação ao registrado na primeira semana de entrega no ano passado. Neste

ano, o Fisco espera receber 34,1 milhões de declarações, volume semelhante ao enviado em 2021.

O prazo de entrega começou na segunda-feira (7) e irá até as 23h59min59s de 29 de abril. Quem perder o prazo de envio terá de pagar multa de R\$ 165,74 ou 20% do imposto devido, prevalecendo o maior valor.

ARTE IMPOSTO DE RENDA 2022

Neste ano, a declaração terá prazo mais curto, de 7 de março a 29 de abril. Por causa da opera-

ção padrão dos auditores fiscais da Receita Federal, o programa gerador da declaração não pôde ser baixado no fim de fevereiro, como tradicionalmente ocorre. A declaração, no entanto, traz novidades tecnológicas.

A principal inovação será o recebimento da restituição (ou o pagamento do imposto) por meio de Pix. O sistema instantâneo de pagamentos do Banco Central já estava disponível para outras obrigações tributárias, como pagamento de impostos por pessoas jurídicas e por micro e peque-

nas empresas do Simples Nacional. O recurso agora chega às pessoas físicas.

Outra mudança importante é a ampliação do acesso à declaração pré-preenchida, na qual o contribuinte recebe um formulário preenchido e apenas confirma os dados antes de os enviar ao Fisco. A partir de terça-feira (15), a ferramenta estará disponível para os contribuintes com certificação digital e para os cidadãos com conta nível prata ou ouro no Portal Gov.br.

(Agência Brasil)

Imposto de Renda: mais de 2,2 milhões já entregaram declaração

CIDASSP
Conselho Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável

ATENÇÃO!

ESTAMOS COM VAGAS DE **ESTÁGIO** ABERTAS PARA ALUNOS DOS CURSOS DE DIREITO, MARKETING, PUBLICIDADE E PROPAGANDA, E COMUNICAÇÃO!

Confira os Editais em nosso site:
<http://cidassp.mg.gov.br/litacoes>

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 08 DE MARÇO DE 2022

Autoriza a abertura de crédito suplementar na Resolução de Orçamento Anual nº 01 de 23/08/2021.

O Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região de São Sebastião do Paraíso/MG - CIDASSP, no uso de suas atribuições legais, aprova, e eu Presidente, sanciono e promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica o CIDASSP autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$20.700,00 (vinte mil e setecentos reais), com a seguinte classificação:

Órgão: 01 - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região de São Sebastião do Paraíso/MG - CIDASSP

Unidade: 01 - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região de São Sebastião do Paraíso/MG - CIDASSP

Função: 18 - Gestão Ambiental

Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 0001 - Preservação do Meio Ambiente
Atividade: 2.001 - MANUTENÇÃO ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
Natureza Despesa:
449052 - Equipamentos e Material Permanente (DR 200) R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais) para aquisição de contêineres de lâmpadas.

Art. 2º - Constitui fonte de recurso para abertura do referido crédito adicional suplementar, o superávit financeiro apurado na destinação de recursos R\$20.700,00 (vinte mil e setecentos reais) - Recursos Ordinários.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Sebastião do Paraíso/MG, 08 de março de 2022.

Marcelo de Moraes
Presidente do CIDASSP

Guelfo
Aulas de Violão, Cavaquinho, Viola, Guitarra, Contra Baixo, Aulas de Canto, Apresentações em Barzinhos, Restaurantes, etc.

(35) 9133-3228

Rua 13 de maio, 31 - Jd. Coimbra
São Sebastião do Paraíso - MG

POSTO GUARÁ

Promoção tanque cheio



Siga e concorra

Para concorrer ao sorteio de um tanque cheio de combustível basta acessar no link abaixo e seguir as regras:

www.instagram.com/p/CYFhvjLMI1/?utm_medium=copy_link

www.instagram.com/postoguará/

www.facebook.com/PostoGuaraSSP

(35) 3531-1747

AV. MONS. MANCINI, 254 - SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG

EQUIPE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

Em Guardinha, Prefeitura inaugura primeira EAP do Município

A Secretaria Municipal de Saúde, realizou na tarde dessa quarta-feira, 9, a inauguração da Equipe de Atenção Primária “Gilson Aparecido Francisco”, no Distrito de Guardinha - a primeira no Município. A EAP, que funcionará na USF Carine Abud, será destinada à população de Guardinha e terá atendimento das 7h às 22h20, beneficiando, principalmente, aqueles que trabalham e não podem ir à Unidade de Saúde durante o dia, possibilitando, assim, uma assistência continuada à toda a população.

Conforme explica a coordenadora das USFs, Marina Barbosa, a EAP é uma extensão do horário de atendimento da Unidade, que funciona das 7h às 16h. “Essa equipe estará aqui de segunda a sexta-feira, das 16h às 22h20, com médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e demais auxiliares dando suporte a toda popula-

ção de Guardinha, ofertando atendimento contínuo, ou seja, o mesmo serviço que a Unidade presta durante o dia, será prestado, também, durante a noite”, destaca.

Entre esses atendimentos estão aqueles dedicados às pessoas que hipertensas, diabéticas, gestantes (principalmente o atendimento de pré-natal), puericultura e saúde do trabalhador. “Assim, aquela pessoa que trabalha durante o dia e não pode ir à Unidade de Saúde fazer algum acompanhamento, agora terá esse horário da noite para poder ser atendido. Também serão realizados atendimentos de demanda espontânea, então, aquele cidadão que tiver alguma dor aguda e precisar de atendimento, poderá procurar a EAP”, acrescenta Marina.

HOMENAGEM

O nome dado à Equipe de Atenção Primária é uma homenagem

ao servidor Gilson Aparecido Francisco, que faleceu há cerca de um ano e era uma das pessoas de Guardinha que sempre lutou pelo atendimento continuado da Unidade. Na cerimônia de descerramento da placa, que contou com a participação da família e representantes do Poder Executivo e Legislativo, foi ressaltado o trabalho realizado pelo ex-servidor, bem como o objetivo da Administração em poder melhorar cada vez mais a vida da população de Guardinha.

Conforme destacou o prefeito Marcelo Moraes, aos poucos, a Prefeitura irá cumprir tudo o que foi prometido àquela população. Ele ressaltou a conquista das ambulâncias e do veículo zero quilômetro que será destinado ao Distrito.

“Esta é uma das muitas conquistas que traremos para Guardinha. Iremos finalizar o asfalto, entregamos o calça-



EAP será extensão do atendimento realizado da USF Carine Abud

mento das ruas, e aos poucos estamos cumprindo com todo o nosso compromisso com esta população”, ressaltou.

O vice-prefeito, médico Daniel Tales, ressaltou a importância desse trabalho iniciado por Guardinha, que, segundo

ele, irá beneficiar muito a população, principalmente aqueles que não podem ir à unidade durante o dia.

“Como médico da família, sei como é importante uma assistência continuada. Será um trabalho que irá melhorar mui-

to a vida da população que aqui vive. Estamos reestruturando toda a Saúde do Município, e em breve também iremos inaugurar um ambulatório. A população pode aguardar que tem muita coisa boa vindo por aí”, finaliza. (por João Oliveira)

Pacheco prioriza o Senado ao abrir mão de pré-candidatura à Presidência da República

BRASÍLIA – O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou, quarta-feira (9), que não será pré-candidato à Presidência da República ao avaliar ser incompatível a condução dos trabalhos legislativo no Senado, em um momento no qual o país passa por uma das maiores crises de sua história, com uma campanha eleitoral. O senador afirmou que seu foco será conduzir o

Senado em um ano fundamental para a recuperação econômica e social do país. Rodrigo Pacheco externou agradecimento especial ao presidente nacional do partido, Gilberto Kassab, pelo convite feito para a disputa eleitoral.

“O cargo que me foi confiado por meus pares está acima de qualquer tipo de interesse pessoal ou de ambição eleitoral. Meus compromissos como presidente do Senado e com o

país são urgentes, inadiáveis e não permitem qualquer espaço para vaidades. Por isso, afirmo que é impossível conciliar essa difícil missão com uma campanha presidencial. O presidente do Senado precisa agir como um magistrado, conduzindo os trabalhos com serenidade, equilíbrio e isenção, buscando consensos possíveis em nome do melhor para o país. O que é incompatível com um embate eleitoral nacional, por

mais civilizado que seja o processo”, declarou.

O presidente do Senado ainda afirmou que a prioridade dos agentes públicos deve ser “permitir que todos os brasileiros e brasileiras tenham uma vida digna, com emprego, remuneração justa, educação e saúde de qualidade para todos, segurança para ir e vir, transporte eficiente e comida no prato. Ninguém pode dormir em paz enquanto perdurar essa dramática situação. Te-

mos de combater a desigualdade social com todas as nossas forças e criar oportunidades para todos. E isso passa pela estabilidade do país, com união e sem radicalismos”, frisou.

FUTURO

Rodrigo Pacheco disse ainda que irá ser vigilante na defesa permanente do Estado Democrático de Direito. “Vou lutar, dentro e fora do Senado, para que as eleições gerais deste ano tenham como resultado

o fortalecimento institucional e democrático do país. Qualquer tentativa de retrocesso democrático deverá ser rechaçada com veemência. Por fim, tenho absoluta certeza que o PSD, em sua dimensão, saberá qual o melhor caminho a seguir, sustentado na defesa das instituições, da democracia, das liberdades e na urgente promoção da recuperação que o Brasil, os brasileiros e as brasileiras tanto necessitam”, finalizou.

AREA-SSP ORIENTA

Medidas de segurança na coleta seletiva durante e após a pandemia do COVID-19



A reciclagem é um processo de transformação de um material que não seria aproveitado, incluindo aí mudanças em seu estado físico, físico-químico ou então biológico, procurando deste modo atribuir características a este resíduo para que, assim, ele se torne uma matéria prima ou então um produto, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

O material é recolhido por catadores de materiais recicláveis que são considerados importantes agentes ambientais, pois contribuem com a coleta seletiva no Brasil contribuindo com uma cadeia sustentável para que seja possível o reaproveitamento e a reciclagem de materiais inutilizados. É a partir deste processo que milhares de pessoas encontram sua fonte de renda.

A pandemia da COVID-19, causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) traz consigo a necessidade de se apresentar um conjunto de medidas e procedimentos para que o trabalho dos catadores de materiais recicláveis possa ser realizado com segurança evitando possíveis acidentes e contaminações.

Reciclar se tornou uma atitude fundamental para a saúde das pessoas e do planeta. Cada vez tem aumentado mais a quantidade de resíduos orgânicos e inorgânicos, conforme o aumento da população mundial junto com o crescimento da indústria e o surgimento de grandes metrópoles.

A reciclagem é um conjunto de técnicas de reaproveitamento de materiais descartados, reintroduzindo-os no ciclo produtivo. É uma das alternativas de tratamento de resíduos sólidos (lixo) mais vantajosas, tanto do ponto de vista ambiental quanto do social: ela reduz o consumo de recursos naturais, poupa energia e água, diminui o volume de lixo e dá emprego a milhares de pessoas. É um processo industrial que começa em casa. A correta separação desses materiais em nossas casas e o encaminhamento para catadores ou empresas recicladoras permitem que eles retornem para o processo produtivo e diminui o volume de lixo acumulado em aterros e lixões.

Nesse processo, que além de preservar o meio ambiente também gera riquezas, os materiais mais reciclados são o vidro, o alumínio, o papel e o plástico.

A reciclagem também contribui para a redução significativa da poluição da água, do ar e do solo e visando evitar o esgotamento de recursos naturais.

É importante ressaltar a importância da reciclagem para a atividade econômica afinal, muitas empresas reduziram significativamente os custos da sua produção encontrando na venda do material reciclável gerado por ela uma fonte de renda.

A quantidade de novos empregos é um outro benefício importante gerado pela reciclagem nos grandes centros urbanos, uma vez que muitas pessoas desempregadas encontram sua forma de sustento.

Os catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis desempenham papel fundamental na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com destaque para a gestão integrada dos resíduos sólidos. De modo geral, atuam nas atividades da coleta seletiva, triagem, classificação, processamento e comercialização dos resíduos reutilizáveis e recicláveis, contribuindo de forma significativa para a cadeia produtiva da reciclagem.

A Lei nº 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico determina as diretrizes nacionais para o saneamento básico, determina a contratação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, por parte do titular dos municípios, dispensável de licitação.

Outra lei que também incentiva a criação e o desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis é a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Lei 12.305/10 definindo e priorizando a sua participação nos sistemas de coleta seletiva e de logística reversa.

A pandemia do novo coronavírus, SARS-CoV-2, responsável pela pandemia da doença identificada pelo acrônimo em inglês – Corona Virus Disease 2019 – COVID-19, trouxe em um curtíssimo espaço de tempo amplas repercussões multilaterais no mundo, com impactos multifacetados em quase 200 países do mundo.

O distanciamento social provocado pela Covid-19 tem impactado a rotina de milhões de pessoas no mundo.

Conforme pesquisa realizada pela Coordenadora da Câmara Temática de Resíduos Sólidos da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Kátia Campos, “uma análise do lixo doméstico e dos resíduos sólidos consegue mostrar como essa mudança de rotina afeta essa produção. Em março e abril de 2019, essas medidas levaram à alteração radical do comportamento da população brasileira, quando o consumo foi limitado e a circulação de pessoas foi reduzida, tanto nos transportes públicos, como nas ruas. A retomada das atividades em algumas capitais, com a reabertura de diversos setores da economia, proporcionou uma relativa retomada do consumo. Todos estes fatores contribuem para o aumento ou para a redução da geração de resíduos, que é proporcional ao consumo.”

A partir deste momento se viu a necessidade de se reorganizar as tarefas da coleta seletiva evitando desta forma continuar a trabalhar nas mesmas condições, reduzindo ou minimizando a exposição e o risco de contágio dos trabalhadores.

Diversas são as definições de acidente de trabalho e variam de acordo com o enfoque, segundo o conceito legal, a Lei nº. 8.213 de 24/07/91 da Previdência Social que define em seu artigo 19 que Acidente do Trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, perda, ou redução permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Apesar do Covid-19 não ser considerado como uma doença ocupacional, sua letalidade chegou a taxa de 0,6%, considerada “muito alta” de acordo com a OMS.

O Gerenciamento de Riscos Ocupacionais prevê a avaliação de todos os riscos



THAIS FERREIRA JÚLIO
• Técnica em Meio Ambiente / Segurança do Trabalho, Graduada em Engenharia Ambiental Pós Graduada em Educação Ambiental Superintendente do Cidassp

ocupacionais (não apenas os ambientais), a indicação do nível de risco e sua classificação para determinação das medidas de prevenção e o acompanhamento do controle dos riscos ocupacionais.

Assim, a gestão de riscos baseia-se em princípios e boas práticas de gerenciamento e segurança, para auxiliar na tomada de decisões sendo que, dentre os métodos para auxiliar na gestão de risco estão o mapa de risco e o PGR.



Associação Regional de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos em S.S. Paraíso



CREA-MG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

www.areassp.com.br

(35) 3558-1269

SICOOB COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA. SICOOB NOSSOCRÉDITO - CNPJ - 22.760.839/0001-60

RELATÓRIO ANUAL 2021

EDITAL CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – PRESENCIAL

COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA. - SICOOB NOSSOCRÉDITO - RUA DR. PLACIDINO BRIGAGÃO, N° 927, BAIRRO CENTRO, CEP: 37.950-000 – SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO/MG - C.N.P.J. MF: 22.760.839/0001-60, NIRE Nº 3140002901 - EDITAL DE 1ª, 2ª E 3ª CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA. – SICOOB NOSSOCRÉDITO - no uso das atribuições legais e estatutárias art. 43º, CONVOCA os associados a esta Cooperativa Singular, em pleno gozo de seus direitos sociais, que nesta data são 21.520 (vinte e um mil, quinhentos e vinte), em condições de votar, para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA a ser realizada no dia 24 (vinte e quatro) de Março de 2022, no Anfiteatro do Sicoob Nossocrédito sito a Rua Dr. Placidino Brigagão, nº 927, Bairro Centro, Cep 37.950-000 – São Sebastião do Paraíso/MG, às 7:00 hrs (sete horas) em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) do número de associados, às 8:00 hrs (oito horas) em segunda convocação, com a presença de metade mais um dos associados; ou em terceira e última convocação às 9:00 hrs (nove horas) com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço do exercício encerrado em 31/12/2021; c) parecer do Serviço de Auditoria emitido por Ernst & Young Auditores Independentes S/S; d) demonstrativo das sobras apuradas (ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa) no exercício encerrado em 31/12/2021;
2. Destinação das sobras líquidas (ou perdas) apuradas relativas ao exercício de 31/12/2021;
3. Estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;
4. Eleição dos membros do Conselho Fiscal da Cooperativa;
5. Assuntos Gerais de Interesse da sociedade.

ORDEM DO DIA – ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1. Reforma Geral do Estatuto Social;
2. Assuntos Gerais de Interesse da sociedade;

OBS.: 1. A eleição realizar-se-á no Anfiteatro do Sicoob Nossocrédito, sito a Rua Dr. Placidino Brigagão, nº 927, Bairro Centro, Cep 37.950-000 – São Sebastião do Paraíso/MG, no dia 24/03/2022, com prazo de duração de 4 hrs (quatro horas) podendo ser encerrada em um prazo menor desde que todos os associados com direito a voto presentes na fila para assinatura da lista de votação e na fila de votação tenha votado; o prazo para registro dos candidatos concorrentes será de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da publicação do Edital de Convocação; o registro das chapas será feito junto a Diretoria Executiva Operacional, na própria sede da cooperativa em dias úteis, no horário de 10h (dez horas) as 15h (quinze horas). 2. Considerando que este edital será publicado em jornal de grande circulação, bem como remetido aos associados por meio digital, bem como afixado nas dependências comumente mais frequentadas pelos associados, não será feita a sua leitura durante a Assembleia Geral visando agilizar os trabalhos.

São Sebastião do Paraíso (MG), 12 de janeiro de 2022.



LEONARDO LIMA DIOGO
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 da COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCRÉDITO LTDA. - SICOOB NOSSOCRÉDITO na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional
Em 2021 o SICOOB NOSSOCRÉDITO completou 35 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o SICOOB NOSSOCRÉDITO obteve um resultado de R\$ 12.316.304,56 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 12,55%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 198.622.849,47. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 401.864.119,66.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	39.598.171,40	9,85%
Carteira Comercial	362.265.948,26	90,15%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 25,28% da carteira, no montante de R\$ 101.505.609,87.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 466.001.013,33, apresentaram uma variação de 4,72% em relação a dezembro de 2020.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	100.966.328,20	21,67%
Depósitos Sob Aviso	160.562,24	0,03%
Depósitos a Prazo	233.814.608,33	50,17%
LCA	103.066.120,13	22,12%
LCI	27.993.394,43	6,01%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 32,63% da captação, no montante de R\$ 155.191.863,20.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB NOSSOCRÉDITO era de R\$ 82.763.520,67. O quadro de associados era composto por 21.000 cooperados, havendo um acréscimo de 5,51% em relação a dezembro de 2020.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenno tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidas a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB NOSSOCRÉDITO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 87,99% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na Resolução CMN 4.606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e SICOOB CONFEDERAÇÃO), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito em Assembleia Geral Ordinária, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB NOSSOCRÉDITO aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e site na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a Ouvidoria do SICOOB NOSSOCRÉDITO registrou 27 (vinte e sete) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das reclamações, 17 (dezessete) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGC

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGC tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência,

de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGC), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGC pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiais a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecemos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

São Sebastião do Paraíso-MG, 11 de março de 2022.

Diretoria Executiva

Elias Martins Amorim Vanderli dos Reis Amaral Rogério de Pariz Loguércio
Diretor Executivo Geral Diretora Executiva Operacional Diretor Executivo de Risco, Controle e Compliance

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 – Em Reais

ATIVO		621.905.738,56	580.309.989,11
DISPONIBILIDADES	4	5.378.771,39	3.916.862,98
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		607.327.187,82	569.669.506,37
Relações Interfinanceiras	4	198.622.849,47	217.902.959,37
Centralização Financeira		198.622.849,47	217.902.959,37
Operações de Crédito	5	401.864.119,66	346.607.959,71
Outros Ativos Financeiros	6	6.840.218,69	5.158.587,29
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(24.909.017,81)	(23.990.855,82)
(-) Operações de Crédito		(24.363.369,62)	(23.503.721,51)
(-) Outras		(545.648,19)	(487.134,31)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	7	1.193.639,34	770,14
OUTROS ATIVOS	8	2.117.207,27	458.887,65
INVESTIMENTOS	9	14.586.077,60	13.801.060,74
IMOBILIZADO DE USO	10	22.004.816,15	21.045.782,08
(-) DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	10	(5.792.943,20)	(4.592.025,03)
TOTAL DO ATIVO		621.905.738,56	580.309.989,11
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		621.905.738,56	580.309.989,11
DEPÓSITOS	11	334.941.498,77	382.587.948,91
Depósitos à Vista		100.966.328,20	106.041.883,24
Depósitos Sob Aviso		160.562,24	211.565,16
Depósitos a Prazo		233.814.608,33	276.334.500,51
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		183.596.015,84	106.929.860,95
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12	131.059.514,56	62.420.521,07
Relações Interfinanceiras	13	36.406.585,92	25.536.332,85
Repasse Interfinanceiros		36.406.585,92	25.536.332,85
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	3.874.145,45	6.815.057,91
Outros Passivos Financeiros	14	12.255.769,91	12.157.949,12
PROVISÕES	16	4.405.997,98	4.351.534,40
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	17	1.989.279,69	848.556,33
OUTROS PASSIVOS	18	5.805.611,68	3.780.781,49
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	91.167.334,60	81.811.307,03
CAPITAL SOCIAL		14.009.430,49	14.476.329,75
RESERVAS DE SOBRES		74.149.592,33	65.014.200,19
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		3.008.311,78	2.320.777,09
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		621.905.738,56	580.309.989,11

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRES OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 – Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		34.314.070,66	60.184.846,70	53.544.004,33
Operações de Crédito	21	27.209.417,46	50.094.464,51	48.253.882,68
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		7.104.653,20	10.090.382,19	5.290.121,65
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	22	(18.891.675,50)	(32.932.695,83)	(29.996.451,47)
Operações de Captação no Mercado		(12.891.177,82)	(20.329.989,82)	(13.332.651,21)
Operações de Empréstimos e Repasses		(1.092.638,03)	(2.108.275,27)	(2.316.139,35)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(4.907.859,65)	(10.494.430,74)	(14.347.660,91)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		15.422.395,16	27.252.150,87	23.547.552,86
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/ DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(7.260.042,68)	(12.863.290,65)	(12.587.446,24)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	3.280.939,06	5.747.997,22	4.671.057,92
Rendas de Tarifas	24	1.783.661,82	3.541.623,26	3.818.905,67
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(5.938.951,96)	(10.605.814,00)	(9.401.417,15)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(6.857.922,52)	(12.916.038,03)	(11.298.700,05)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(173.793,18)	(373.974,96)	(363.947,78)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	27	1.537.088,84	3.803.296,34	2.817.194,78
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	28	(891.064,74)	(2.060.380,48)	(2.830.539,63)
PROVISÕES	29	(145.675,12)	(69.053,40)	(109.504,49)
Provisões/Reversões para Contingências		(37.994,80)	(35.087,64)	(70.495,00)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(107.680,32)	(33.965,76)	(39.009,49)
RESULTADO OPERACIONAL		8.016.677,36	14.319.806,82	10.850.602,13
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	30	(123.499,04)	(162.583,15)	(204.787,80)
Lucros em Transações com Valores e Bens		-	17.125,00	90.643,43
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(3.297,00)	(73.297,00)	(191.870,63)
Ganhos de Capital		12.926,81	34.021,13	19.478,56
Reversão de Provisões Não Operacionais		-	-	9.624,98
Outras Rendas Não Operacionais		21.313,55	80.297,58	149.624,34
(-) Perdas de Capital		(59.238,49)	(87.864,71)	(71.905,45)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		(19.245,99)	(19.245,99)	(9.624,98)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(75.957,92)	(113.619,16)	(200.758,05)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		7.893.178,32	14.157.223,67	10.645.814,33
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(482.543,22)	(1.046.982,81)	(580.283,59)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(252.052,84)	(601.715,15)	(353.720,10)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(230.490,38)	(445.267,66)	(226.563,49)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRES		(793.936,30)	(793.936,30)	(626.944,26)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		6.616.698,80	12.316.304,56	9.438.586,48
JUROS AO CAPITAL		-	-	(0,01)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		6.616.698,80	12.316.304,56	9.438.586,47

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 – Em Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/20
--	-------	--------------	----------

... CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

	0,00	0,00	0,00	0,00	(0,01)	(0,01)
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio						
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	6.498.175,86	0,00	(6.498.175,86)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(464.155,42)	(464.155,42)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(155.478,10)	(155.478,10)
Saldos em 31/12/2020	14.502.201,08	(25.871,33)	64.791.930,18	222.270,01	2.320.777,09	81.811.307,03
Saldos em 31/12/2020	14.502.201,08	(25.871,33)	64.791.930,18	222.270,01	2.320.777,09	81.811.307,03
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:						
Constituição de Reservas	0,00	0,00	1.070.777,09	0,00	(1.070.777,09)	0,00
Distribuição de sobras para associados	507.356,14	0,00	0,00	0,00	(1.250.000,00)	(742.643,86)
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	135.691,12	2.904,86	0,00	0,00	0,00	138.595,98
Por Devolução (-)	(1.117.805,18)	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.117.805,18)
Estorno de Capital	(46,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(46,00)
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	128.092,12	128.092,12
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	12.316.304,56	12.316.304,56
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	8.064.615,05	0,00	(8.064.615,05)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(576.043,93)	(576.043,93)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(795.425,92)	(795.425,92)
Saldos em 31/12/2021	14.032.396,96	(22.966,47)	73.927.322,32	222.270,01	3.008.311,78	91.167.334,60
Saldos em 30/06/2021	14.144.315,86	(22.079,52)	65.862.707,27	222.270,01	5.699.605,76	85.906.819,38
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização	73.771,03	(886,95)	0,00	0,00	0,00	72.884,08
Por Devolução (-)	(185.643,93)	0,00	0,00	0,00	0,00	(185.643,93)
Estorno de Capital	(46,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	(46,00)
Reversões de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	128.092,12	128.092,12
Sobras ou Perdas do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	6.616.698,80	6.616.698,80
Destinações das Sobras do Período:						
Fundo de Reserva	0,00	0,00	8.064.615,05	0,00	(8.064.615,05)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(576.043,93)	(576.043,93)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	0,00	(795.425,92)	(795.425,92)
Saldos em 31/12/2021	14.032.396,96	(22.966,47)	73.927.322,32	222.270,01	3.008.311,78	91.167.334,60

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - E Reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		7.893.178,32	14.157.223,67	10.645.814,33
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(525.877,06)	(525.877,06)	(368.103,32)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(369.057,37)	(406.024,53)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		4.907.859,65	10.494.430,74	14.347.660,91
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		107.680,32	33.965,76	39.009,49
Provisões/Reversões Não Operacionais		19.245,99	19.245,99	-
Provisões/Reversões para Contingências		37.994,80	35.087,64	70.495,00
Atualização de Depósitos em Garantia		(38.283,36)	(52.064,53)	(35.630,01)
Depreciações e Amortizações		712.137,58	1.407.870,33	1.216.536,51
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		13.113.936,24	25.200.825,17	25.509.758,38
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito		(33.058.798,83)	(64.122.029,51)	(100.589.801,96)
Outros Ativos Financeiros		(1.635.813,75)	(2.339.966,06)	(537.765,10)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(171.844,52)	(1.192.869,20)	83,52
Outros Ativos		(1.361.123,64)	(1.677.565,61)	100.110,64
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista		(7.486.977,65)	(5.075.555,04)	41.758.114,52
Depósitos sob Aviso		(52.536,07)	(51.002,92)	(53.349,71)
Depósitos a Prazo		(77.798.775,34)	(42.519.892,18)	60.179.932,77
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		60.376.843,55	68.638.993,49	45.859.556,81
Relações Interfinanceiras		3.117.343,18	10.870.253,07	2.746.170,91
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(2.279.351,95)	(2.940.912,46)	(3.014.098,45)
Outros Passivos Financeiros		11.585.936,21	97.820,79	4.429.323,63
Provisões		-	(14.589,82)	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		1.073.786,82	1.140.723,36	197.093,47
Outros Passivos		1.330.259,50	1.230.893,89	(47.765,54)
FATES - Atos Cooperativos		(576.043,93)	(576.043,93)	(464.155,42)
FATES - Atos Não Cooperativos		(795.425,92)	(795.425,92)	(155.478,10)
Imposto de Renda		(252.052,84)	(601.715,15)	(353.720,10)
Contribuição Social		(230.490,38)	(445.267,66)	(226.563,49)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(35.101.129,32)	(15.173.325,69)	75.337.446,78
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Sobras da Central		-	369.057,37	406.024,53
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		525.877,06	525.877,06	368.103,32
Aquisição de Imobilizado de Uso		(69.329,79)	(1.165.986,23)	(2.538.148,11)
Aquisição de Investimentos		(525.877,06)	(785.016,86)	(503.514,12)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(69.329,79)	(1.056.068,66)	(2.267.534,38)
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		72.884,08	138.595,98	235.900,05
Devolução de Capital à Cooperados		(185.643,93)	(1.112.805,38)	(969.226,50)
Estorno de Capital		(46,00)	(46,00)	(200,00)
Distribuição de sobras para associados		-	(742.643,86)	(1.497.347,08)
Reversões de Fundos		128.092,12	128.092,12	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		15.286,27	(1.588.807,14)	(2.230.873,53)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(35.155.172,84)	(17.818.201,49)	70.839.038,87
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		239.156.793,70	221.819.822,35	150.980.783,48
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		204.001.620,86	204.001.620,86	221.819.822,35
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(35.155.172,84)	(17.818.201,49)	70.839.038,87

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCREDITO LTDA. - SICOOB NOSSOCREDITO
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional
A COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCREDITO LTDA. - SICOOB NOSSOCREDITO é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 05/06/1986, filiada à COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e membro da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB NOSSOCREDITO, sediado à RUA DR. PLACIDINO BRIGAGÃO, N° 927, CENTRO, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG, possui Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: SÃO TOMÁS DE AQUINO - MG, PRATÁPOLIS - MG, ITAMOGI - MG, JACUI - MG, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG, PASSOS - MG, ITAÚ DE MINAS - MG, RIBEIRÃO PRETO - SP.

O SICOOB NOSSOCREDITO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 13/02/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Normatização Contábeis (CNC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CNC, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) No Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pela administradora de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCREDITO LTDA. - SICOOB NOSSOCREDITO junto a seus associados, empregados e a comunidade estão contribuindo para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Res

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	15.666.381,47	21.632.541,21	9.802.567,46	47.101.490,14		39.917.324,62	
A 0,5% Normal	72.390.474,37	36.052.190,04	19.110.145,43	127.552.809,84	(637.764,05)	104.567.146,47	(522.835,73)
B 1% Normal	70.994.820,06	27.639.211,99	8.700.300,55	107.334.332,60	(1.073.343,33)	79.496.778,01	(794.967,78)
B 1% Vencidas	115.598,98	0,00	0,00	115.598,98	(1.155,99)	888.398,90	(8.883,99)
C 3% Normal	60.078.573,69	8.452.314,55	1.851.128,02	70.382.016,26	(2.111.460,49)	64.085.354,32	(1.922.560,63)
C 3% Vencidas	849.254,53	261.306,99	0,00	1.110.561,52	(93.316,85)	2.171.986,12	(65.159,58)
D 10% Normal	18.709.829,79	2.388.716,55	85.231,58	21.183.777,92	(2.118.165,28)	27.455.824,93	(2.745.583,91)
D 10% Vencidas	353.523,64	9.790,74	0,00	363.314,38	(36.331,44)	3.046.230,39	(304.623,04)
E 30% Normal	5.393.462,34	37.697,22	16.077,41	5.447.236,97	(1.634.171,09)	5.753.647,85	(1.726.094,36)
E 30% Vencidas	2.267.899,15	0,00	0,00	2.267.899,15	(680.369,75)	1.855.517,24	(556.655,17)
F 50% Normal	1.045.055,69	100.509,42	13.815,54	1.159.380,65	(579.690,33)	2.807.239,52	(1.403.619,76)
F 50% Vencidas	2.992.537,65	27.676,89	0,00	3.020.214,54	(1.510.107,27)	1.305.387,02	(652.693,51)
G 70% Normal	2.302.386,02	0,00	0,00	2.302.386,02	(1.611.670,21)	949.723,75	(664.806,63)
G 70% Vencidas	624.258,82	0,00	0,00	624.258,82	(436.981,17)	573.877,18	(401.714,03)
H 100% Normal	6.501.356,05	0,00	0,00	6.501.356,05	(6.501.356,05)	5.565.221,28	(5.565.221,28)
H 100% Vencidas	5.309.875,62	68.705,29	18.905,41	5.397.486,32	(5.397.486,32)	6.168.302,11	(6.168.302,11)
Total Normal	253.082.338,98	96.303.180,98	39.579.265,99	388.964.785,95	(16.267.620,83)	330.598.260,73	(15.345.690,08)
Total Vencidas	12.512.948,39	367.479,91	18.905,41	12.899.333,71	(8.095.748,79)	16.009.698,96	(8.158.031,43)
Total Geral	265.595.287,37	96.670.660,89	39.598.171,40	401.864.119,66	(24.363.369,62)	346.607.959,71	(23.503.721,51)
Provisões	(22.884.102,30)	(1.102.030,19)	(777.247,13)	(24.363.369,62)		(23.503.721,51)	
Total Líquido	242.711.185,07	95.568.630,70	39.320.924,27	377.500.750,04		323.104.238,20	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	35.288.190,94	70.621.921,70	159.685.174,73	265.595.287,37
Financiamentos	2.562.170,89	17.615.880,02	76.492.609,98	96.670.660,89
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	2.947.279,38	21.756.533,59	14.894.358,43	39.598.171,40
TOTAL	40.797.641,21	109.994.335,31	251.072.143,14	401.864.119,66

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	29.547.718,17	6.881.549,25	0,00	36.429.267,42	9,07%
Setor Privado - Indústria	4.564.318,95	1.374.338,68	0,00	5.938.657,64	1,48%
Setor Privado - Serviços	61.245.902,36	12.155.385,84	0,00	73.401.288,20	18,27%
Pessoa Física	168.733.419,12	76.243.302,32	38.326.737,24	283.303.458,68	70,50%
Outros	1.503.930,77	16.094,77	1.271.434,16	2.791.459,70	0,69%
TOTAL	265.595.287,37	96.670.660,89	39.598.171,40	401.864.119,66	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	23.503.721,51	14.745.022,83
Constituições/Reversões no período	9.707.790,05	5.416.021,80
Transferência para prejuízo no período	(8.848.141,94)	(5.135.288,13)
Saldo Final	24.363.369,62	23.503.721,51

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	9.352.505,48	2,34%	9.679.984,53	2,42%
10 Maiores Devedores	65.897.636,72	16,42%	59.167.947,91	14,72%
50 Maiores Devedores	154.229.884,09	38,39%	132.718.641,64	33,03%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	9.805.237,75	7.854.218,43
Valor das operações transferidas no período	9.576.061,79	5.416.021,80
Valor das operações recuperadas no período	(1.478.129,36)	(1.653.494,36)
Valor das operações renegociadas no período	(654.857,12)	(1.349.634,72)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(682.885,94)	(461.873,40)
Saldo Final	16.565.427,12	9.805.237,75

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão de perdas foi registrada em contrapartida de "Recitas de Operações de Crédito".

6. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Créditos por Avals e Fianças Honoradas (a)	753.652,99	587.293,99
Rendas a Receber (b)	1.988.863,28	384.894,42
Devedores por Compra de Valores e Bens (c)	4.569,50	159.975,00
Títulos e Créditos a Receber (d)	270.887,55	273.784,21
Devedores por Depósitos em Garantia (e)	0,00	3.812.728,98
TOTAL	3.017.973,32	3.822.245,37

- (a) O saldo de Avals e Fianças Honoradas é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo BANCO SICOOB, em virtude de coobrigação contratual;
- (b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R\$ 31.184,32), Rendas de Cartões (R\$ 211.508,36) Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 1.671.556,30) e outros (R\$ 74.614,30);
- (c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda - Recebíveis;
- (d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 270.887,55);
- (e) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R\$ 287.889,55), Cofins (R\$ 1.412.913,71) e outros (R\$ 2.111.925,72).

6.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avals e Fianças Honoradas	(545.507,51)	0,00	(485.534,56)	0,00
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(45,52)	(95,16)	(1.599,75)	0,00
TOTAL	(545.553,03)	(95,16)	(487.134,31)	0,00

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Outros Créditos/Avals e Fianças Honoradas	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
B 1% Normal	0,00	0,00	14.085,89	(140,86)	159.975,00	(1.599,75)
E 30% Normal	0,00	6.906,41	6.906,41	(2.071,96)	38.870,30	(11.661,15)
E 30% Vencidas	0,00	116.674,67	116.674,67	(35.002,40)	32.558,02	(9.767,41)
F 50% Normal	0,00	9.796,09	9.796,09	(4.898,05)	7.902,97	(3.951,49)
F 50% Vencidas	0,00	190.318,66	190.318,66	(95.159,33)	88.896,97	(44.448,49)
G 70% Vencidas	0,00	71.938,57	71.938,57	(50.357,00)	11.199,04	(7.839,33)
H 100% Vencidas	0,00	358.018,59	358.018,59	(407.866,69)	407.866,69	(407.866,69)
Total Normal	0,00	16.702,50	14.085,89	(30.788,39)	206.748,27	(17.212,39)
Total Vencidas	0,00	736.950,49	736.950,49	(538.537,32)	540.520,72	(469.921,92)
Total Geral	0,00	753.652,99	14.085,89	(569.325,71)	548.269,99	(487.134,31)
Provisões	0,00	(545.507,51)	(140,86)	(545.648,19)	487.134,31	0,00
Total Líquido	0,00	208.145,74	13.945,03	(222.090,73)	260.134,74	(260.134,74)

7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	1.193.639,34	0,00	770,14	0,00
TOTAL	1.193.639,34	0,00	770,14	0,00

8. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	545.788,97	0,00	37.326,80	0,00
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	41.550,24	0,00	225.578,83	0,00
Devedores Diversos - País (a)	175.776,52	0,00	12.569,22	0,00
Ativos não Financ. Mantidos para Venda - Recebíveis (b)	938.096,20	0,00	65.307,08	0,00
Despesas Antecipadas (c)	415.995,34	0,00	118.105,72	0,00
TOTAL	2.117.207,27	0,00	458.887,63	0,00

- (a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 27.033,77), Pendências a Regularizar - BANCO SICOOB (R\$ 145.961,20) e outros (R\$ 2.781,55);
- (b) Em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda - Recebíveis estão registrados os bens recebidos comoção em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.
- (c) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	14.586.077,60	0,00	13.801.060,74	0,00
TOTAL	14.586.077,60	0,00	13.801.060,74	0,00

(a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB.

10. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021		31/12/2020	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Móveis e Equipamentos em Estoque		1.496,00	0,00		0,00
Imobilizado em Curso (a)		121.374,89	1.202.491,21		
Terenos		5.470.709,30	5.574.258,60		
Edificações	4%	6.616.207,07	5.389.025,54		
Instalações	10%	1.832.721,82	1.854.738,41		
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.473.276,68	2.172.135,44		
Sistema de Processamento de Dados	20%	3.943.473,07	3.533.949,72		
Sistema de Segurança	10%	702.509,50	660.715,89		
Sistema de Transporte	20%	606.809,50	422.228,95		
Benefícios em Imóveis de Terceiros		236.238,32	236.238,32		
Total de Imobilizado de Uso		22.004.816,15	21.045.782,08		

(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.056.229,95)	(800.637,71)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações</			

... CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

18. Outros Passivos
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	2.576.373,61	0,00	1.429.895,12	0,00
Cheques Administrativos	3.880,70	0,00	0,00	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	805.647,16	0,00	468.893,17	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	1.274.270,43	0,00	1.370.830,43	0,00
Credores Diversos - País (c)	1.145.439,78	0,00	511.162,77	0,00
TOTAL	5.805.611,68	0,00	3.780.781,49	0,00

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Juros ao Capital Próprio	0,00	0,00	0,01	0,00
Gratificações e Participações a Pagar	92.499,68	0,00	0,00	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	861.898,53	0,00	405.264,03	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	1.621.975,40	0,00	1.024.631,08	0,00
TOTAL	2.576.373,61	0,00	1.429.895,12	0,00

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 884.758,43) e outros (R\$ 389.512,00);

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar BANCO SICOOB (R\$ 471.443,26), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R\$ 67.734,92), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 112.971,20) e outros (R\$ 493.290,40).

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social
O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	14.009.430,49	14.476.329,75
Associados	21.000	19.903

b) Fundo de Reserva
Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas
As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27/04/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma:

- 21,54% para Aumento de Capital, no valor de R\$ 500.000,00;
- 46,14% para Reserva Legal, no valor de R\$ 1.070.777,09;
- 32,32% para Conta Corrente, no valor de R\$ 750.000,00.
 - R\$ 742.643,86 – Conta corrente
 - R\$ 7.356,14 – Cota capital – O sistema não localizou a conta corrente vinculada.

d) Destinações Estatutárias e Legais
A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	12.316.304,56	9.438.586,47
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(795.425,92)	(155.478,10)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	11.520.878,64	9.283.108,37
Fundo de Reserva	(8.064.615,05)	(6.498.175,86)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(576.043,93)	(464.155,42)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.880.219,66	2.320.777,09

20. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra/perda líquida do exercício (desconsiderando desp. IRPJ/CSLL)	13.363.287,37	10.018.870,06
Resultado de atos com associados	(10.941.964,65)	(8.530.576,71)
(-) Ajustes do resultado com não associados (IRPJ/CSLL)	(1.046.982,81)	(580.283,59)
(-) Outras deduções (conforme Res. 129/16 e Res. 145/16)	(578.913,99)	(752.531,66)
(a) Resultado de atos com não associados conf. Art. 87 da Lei 5764/71	795.425,92	155.478,10

21. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	168.544,37	311.168,53	414.377,15
Rendas de Empréstimos	19.005.849,93	35.750.883,76	37.865.757,64
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	728.348,05	1.479.768,80	2.251.255,06
Rendas de Financiamentos	5.095.991,06	8.273.666,65	2.610.603,50
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	96.718,98	142.471,50	509.554,77
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	116.874,30	226.269,45	623.751,56
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Posse Rural	758.394,42	1.456.661,61	774.296,51
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados de LCA	8.251,26	9.235,30	105.790,90
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos de Fontes Públicas	149.029,19	250.772,80	79.600,29
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	1.082.815,90	2.193.566,13	3.018.895,28
TOTAL	27.209.417,46	50.094.464,51	48.253.882,68

22. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Captação	(12.891.177,82)	(20.329.989,82)	(13.332.651,21)
Despesas de Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.092.638,03)	(2.108.275,27)	(2.316.139,35)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	6.775.411,33	12.647.964,27	12.739.663,92
Reversões de Provisões para Outros Créditos	33.827,85	69.535,17	119.453,85
Provisões para Operações de Crédito	(11.305.236,87)	(22.373.481,94)	(26.545.138,78)
Provisões para Outros Créditos	(41.861,95)	(838.448,24)	(661.639,90)
TOTAL	(18.891.675,50)	(32.932.695,83)	(29.996.451,47)

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	1.127.509,40	2.231.486,10	2.060.193,15
Rendas de Transferências de Fundos	3.326,90	26.241,88	37.762,80
Tarifas de Prestação de serviços	294.355,31	512.323,06	298.249,94
Receitas com Convênios	1.141.727,43	1.824.924,70	1.465.822,78
Receitas com Comissões	714.020,02	1.153.021,48	809.029,25
TOTAL	3.280.939,06	5.747.997,22	4.671.057,92

24. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	825.202,90	1.617.428,40	1.539.387,50
Rendas de Serviços Prioritários - PF	249.922,53	501.031,18	634.912,05
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	5.412,20	5.652,20	615,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	703.124,19	1.417.511,48	1.643.991,12
TOTAL	1.783.661,82	3.541.623,26	3.818.905,67

25. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(74.893,81)	(126.059,71)	(109.820,31)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.357.574,13)	(2.096.305,94)	(2.030.600,69)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.227.835,59)	(2.020.025,86)	(1.523.720,69)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(935.954,70)	(1.855.430,26)	(1.859.333,76)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.340.842,25)	(4.502.088,31)	(3.867.348,83)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(1.851,48)	(5.903,92)	(10.592,87)
TOTAL	(5.938.951,96)	(10.605.814,00)	(9.401.417,15)

26. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(29.995,23)	(74.380,49)	(81.762,61)
Despesas de Aluguéis	(245.306,03)	(427.095,40)	(389.362,15)
Despesas de Comunicações	(290.373,69)	(578.142,27)	(553.524,48)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(353.077,69)	(618.648,18)	(487.496,53)
Despesas de Material	(150.000,07)	(317.288,19)	(397.437,34)
Despesas de Processamento de Dados	(636.986,01)	(1.289.207,13)	(1.258.222,61)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(162.380,16)	(408.546,65)	(266.148,79)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(40.666,00)	(64.896,00)	(56.758,00)
Despesas de Publicações	(3.688,50)	(16.870,00)	(15.380,00)
Despesas de Seguros	(49.531,45)	(100.668,28)	(112.766,52)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.582.917,74)	(2.780.911,37)	(2.214.513,07)
Despesas de Serviços de Terceiros	(291.959,26)	(488.698,57)	(371.041,81)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(392.326,67)	(775.302,80)	(693.051,05)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(428.835,26)	(789.769,86)	(632.733,69)
Despesas de Transporte	(321.938,45)	(636.393,61)	(610.061,30)
Despesas de Viagem ao Exterior	0,00	0,00	(351,98)
Despesas de Viagem no País	(49.677,76)	(90.227,15)	(119.540,65)
Despesas de Depreciação	(712.137,58)	(1.407.870,33)	(1.216.536,51)
Outras Despesas Administrativas	(1.106.124,97)	(2.051.121,75)	(1.822.010,96)
TOTAL	(6.857.922,52)	(12.916.038,03)	(11.298.700,55)

27. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	19.433,45	1.119.662,46	176.855,46
Distribuição de sobras da central	0,00	369.057,37	406.024,53
Atualização depósitos judiciais	38.283,36	52.064,53	35.630,01
Rendas de Repasses Interfinanceiros	76.000,74	80.452,91	31.796,17
Outras rendas operacionais	8.102,39	20.490,32	22.152,54
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	869.391,84	1.635.691,69	1.776.632,75
Juros ao Capital Recebidos da Central	525.877,06	525.877,06	368.103,32
TOTAL	1.537.088,84	3.803.296,34	2.817.194,78

28. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(141.245,81)	(337.543,59)	(890.495,89)
Outras Despesas Operacionais	(216.545,28)	(471.233,77)	(1.093.609,35)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(276.224,30)	(558.855,50)	(588.290,82)
Outras Contribuições Diversas	(46.672,71)	(145.301,96)	(184.422,68)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(67.561,72)	(104.008,92)	(26.476,65)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	0,00	(9.690,26)	(13.314,21)
Perdas - Fraudes Externas	(6.456,97)	(6.456,97)	0,00
Perdas - Demandas Trabalhistas	0,00	(276.540,90)	0,00
Perdas - Práticas Inadequadas	(8.086,98)	(21.986,98)	(33.930,03)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	0,00	(450,00)	0,00
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(178,85)	(219,51)	0,00
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(128.092,12)	(128.092,12)	0,00
TOTAL	(891.064,74)	(2.060.380,48)	(2.830.539,63)

29. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Provisões/Reversões para Contingências	(37.994,80)	(35.087,64)	(70.495,00)
Provisões para Demandas Trabalhistas	0,00	0,00	(250,15)
Provisões para Contingências	(37.994,80)	(51.775,97)	(69.235,16)
Provisões para Contingências - Sucumbências	0,00	0,00	(1.009,69)
Reversões de Provisões para Contingências	0,00	16.688,33	0,00
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(107.680,32)	(33.965,76)	(89.009,49)
Provisões para Garantias Prestadas	(387.417,55)	(694.190,64)	(672.856,16)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	279.737,23	660.224,88	633.846,67
TOTAL	(145.675,12)	(69.053,40)	(109.504,49)

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Lucro em Transações com Valores de Bens	0,00	17.125,00	90.643,43
Ganhos de Capital	12.926,81	34.021,13	19.478,54
Reversão de Provisões não Operacionais	0,00	0,00	9.624,98
Outras Rendas não Operacionais	21.313,55	80.297,58	149.624,34
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(3.297,00)	(73.297,00)	(191.870,63)
(-) Perdas de Capital	(59.238,49)	(67.864,71)	(71.905,85)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(19.245,99)	(19.245,99)	(9.624,98)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(75.957,92)	(113.619,16)	(200.758,05)
TOTAL	(123.499,04)	(162.583,15)	(204.787,80)

...CONTINUAÇÃO DA PÁGINA ANTERIOR

34. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

34.1 Risco Operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

34.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

34.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRRB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRRB utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança;
 - a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
 - a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NI): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;
 - a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRRB;
 - a.5) aplicação de cenários de estresse;
 - a.6) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAJur1, RWAJur2, RWAJur3, RWAJur4, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

34.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
 - limite mínimo de liquidez;
 - fluxo de caixa projetado;
 - aplicação de cenários de estresse;
 - definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

34.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

34.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo de gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e, adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

34.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

35. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	82.763.520,67	74.186.612,31
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	405.327.226,35	361.162.404,88
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	20,42	20,54
Imobilizado para cálculo do limite	16.211.872,95	16.453.757,05
Índice de imobilização (limite 50%) %	19,59	22,18

André Luiz Neri
Contador
CRC/MG-075.675/O-3

SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros, Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito Nossocredito Ltda - Sicoob Nossocredito
São Sebastião do Paraíso - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito Nossocredito Ltda - Sicoob Nossocredito ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, do resultado do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Nossocredito Ltda - Sicoob Nossocredito em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Cooperativa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 12 de fevereiro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-25P034519/O-6
Wanderley Fernandes de Carvalho Neto
Contador CRC-15P300534/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCREDITO LTDA – SICOOB Nossocredito

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Nossocredito Ltda – SICOOB Nossocredito, reunido em 23 de fevereiro de 2022, em cumprimento ao art. 93, inciso IV, do Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame os documentos e peças contábeis que compreendem o Balanço Geral relativo ao exercício de 2021 e encontrou tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião as informações constantes nos respectivos documentos representam a real posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito Nossocredito Ltda - SICOOB Nossocredito.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação das contas.

São Sebastião do Paraíso - MG, 23 de fevereiro de 2022.

LUIZ CARLOS PEDROSO
Coordenador
DALVA MARIA QUEIROZ
Secretária

MOZAIR FERREIRA LARA
Conselheiro Fiscal Efetivo

<p>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Presidente do Conselho Leonardo Lima Diogo</p> <p>Conselheiros Carlos Roberto Maia Mária Hortência de Souza Jairo Montaldi João Carlos Pieroni Rosemeyre Santos Ribeiro Pinto</p> <p>Diretor Executivo Geral Elias Martins Amorim</p> <p>Diretora Executiva Operacional Vanderli dos Reis Amaral</p> <p>Diretor Exec. de Risco, Controle e Compliance Rogério de Pariz Loguercio</p>	<p>CONSELHO FISCAL Coordenador Luiz Carlos Pedroso</p> <p>Secretária Dalva Maria Queiroz</p> <p>Efetivo Mozair Ferreira Lara</p> <p>Suplentes Aluisio Volpi de Sousa Nelson José da Silva Marcelo Domingos Michelato da Silva</p>
--	---

	<p>COOPERATIVA DE CRÉDITO NOSSOCREDITO LTDA. SICOOB NOSSOCREDITO CNPJ - 22.760.839/0001-60</p>
---	--

Vendas de café do Brasil atingem quase 90% da produção de 2021/22, diz Safras

SÃO PAULO (Reuters) - A comercialização de café do Brasil alcançou 89% da produção referente à temporada 2021/22 até quinta-feira (10/3), contra 86% no mês anterior, disse a consultoria Safras & Mercado.

O percentual de vendas supera os 87% registrados no mesmo período do ano passado para a safra anterior, e também está acima da média dos últimos anos para o período (85%).

Segundo a consultoria, já foram negociadas 50,44 milhões de sacas, considerando

uma produção de 56,5 milhões de sacas para a temporada.

O realinhamento negativo na curva de preços junto à maior volatilidade dos mercados com a guerra na Ucrânia trouxe um pouco mais de interesse do lado da venda, viu a consultoria.

"Porém esse interesse não se traduziu em volume de negócios, típico de um período de entressafra", disse em nota o consultor da Safras Gil Barabach.

(Por Nayara Figueiredo e Roberto Samora)

CHAVEIRO
Faim
CEL: 8844-2331
AV. MONSENHOR MANCINI, 238 - CENTRO
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG

acqua sport
ESCOLA DE NATAÇÃO E MUSCULAÇÃO
NATAÇÃO PARA TODA AS IDADES.
VENHA NADAR SEM FAZER ONDA.
HIDROGINÁSTICA
PISCINAS AQUECIDAS E COBERTAS

Rua João Rossi, 55 - Jd. São José - São Sebastião do Paraíso - MG
ac.qua.sport@hotmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMOGI - MG através do Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais, Homologa e firma ARP ref. ao **Proc. n° 40/22, Pregão Eletrônico n° 16/22, R.P. n° 04/22**, cujo objeto é "Registro de Preços para eventuais aquisições de testes para detecção ao coronavírus (COVID-19)", com as empresas: CEPALAB LABORATORIOS LTDA, CNPJ 02.248.312/0001-44, pelo valor global de R\$ 17.625,00; FLASH PRESTACAO DE SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ 19.458.719/0002-80, pelo valor global de R\$ 5.400,00; GC LAB DIAGNOSTICOS LTDA, CNPJ 20.352.354/0001-02, pelo valor global de R\$ 11.862,50; Homologa e firma Contrato ref. ao: **Proc. n° 11/22, Pregão Pres. n° 05/22**, cujo objeto é "Contratação de empresa para prestação de serviço de oficinairo para o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social)", com as empresas: M.R.S. DA SILVA & CIA. LTDA - EPP, CNPJ 11.218.249/0001-94, pelo valor global de R\$ 17.470,08; KAREN APARECIDA ALVES SILVA 09588406609, CNPJ 33.395.643/0001-30, pelo valor global de R\$ 19.968,00; JEAN CARLOS GUIMARAES MARQUES 13488071642, CNPJ 42.205.126/0001-42, pelo valor global de R\$ 10.586,88; FERNANDO APARECIDO DE PARIZ CARVALHO 04930679656, CNPJ 45.381.454/0001-98, pelo valor global de R\$ 13.440,00; BARBARA GUIMARAES MARQUES 13184604683, CNPJ 45.382.527/0001-66, pelo valor global de R\$ 16.128,00; BRUNA DE PAULO SOARES 05953207670, CNPJ 22.825.099/0001-01, pelo valor global de R\$ 19.968,00; MARIA ADRIANA MARTUTI 02941806644, CNPJ 45.437.080/0001-85, pelo valor global de R\$ 12.000,00; GISLAINE ALVES MARTINS 09660915667, CNPJ 45.356.790/0001-80, pelo valor global de R\$ 16.704,00; GEOVANI ZACARIAS DE LIMA 60991933672, CNPJ 45.383.633/0001-64, pelo valor global de R\$ 16.704,00; MARIA TERESA DUARTE DE MEDEIROS 08119573650, CNPJ 45.380.475/0001-99, pelo valor global de R\$ 17.280,00; **Proc. n° 42/22, Pregão Pres. n° 17/22**, cujo objeto é "Aquisição de diversos materiais, de consumo e permanentes para manutenção das atividades prestadas pelo NASF (Núcleo Ampliado de Saúde da Família), como equipamentos gráficos, jogos, instalações e utens. de escritório, material de expediente, para estética, educativo, esportivo, de armários, e correlatos", com a empresa: RODA VIVA MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA-ME, CNPJ 71.231.674/0001-45, pelo valor global de R\$ 7.192,25; Homologa, Adjudica e firma Contrato ref. ao **Proc. n° 38/22, T.P. n° 01/22**, cujo objeto é "Contratação de empresa especializada para construção do Parque Ecológico Walter Donizete de Carvalho", com a empresa: COLISEU ENGENHARIA E ARQUITETURA EIRELI, CNPJ 37.323.465/0001-93, pelo valor global de R\$ 765.124,98. Itamogi/MG, 11/03/22 - Ronaldo Pereira Dias - Prefeito Municipal

Prefeitura conclui Plano de Cargos e Carreira do Magistério

A comissão do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores da Educação do Município de São Sebastião do Paraíso concluiu quinta-feira (10/3), o estudo da nova proposta de remuneração do magistério municipal. Ao todo, foram seis meses de trabalho dos membros.

De acordo com o secretário Lucas Cândido, o objetivo dessa comissão foi estudar e propor o novo plano de carreiras e remuneração do magistério e dos serviços de suportes pedagógicos à docência do Município. "Este plano é um anseio dos profissionais da educação, que agora se tornará uma realidade. Estamos otimistas de que fizemos o melhor para os nossos educadores", comentou.

A comissão foi instituída em setembro de 2021. De lá para cá, o grupo, formado por representantes do Poder Executivo, Legislativo e da comunidade escolar, se reuniram todas as quintas-feiras, pela manhã, para estudar o plano e debater propostas para ele. "Esse plano valoriza o servidor da educação. Os cargos de monitor de educação infantil, de secretário escolar e de



Análise do Plano levou seis meses e, agora, segue para análise jurídica

auxiliar de secretaria, por exemplo, não tinham direito a promoções. Agora, com o novo plano, os servidores dessas áreas mudarão de nível, de acordo com a escolaridade".

O próximo passo, de acordo com o secretário de Educação, é encaminhar o plano para os departamentos Jurídico e Financeiro do Município, que farão as análises necessárias no documento. Em se-

guinta, ele será transformado em projeto de lei e encaminhado à Câmara de Vereadores.

De acordo com prefeito Marcelo Moraes, "terminar o estudo traz a perspectiva de que, em breve, poderemos ter realmente um ganho real para a categoria. O trabalho feito pelo secretário Lucas e toda a comissão vem de encontro com o planejamento traçado pela gestão no começo do

mandado para começarmos a tirar da gaveta os planos de cargo que há anos os servidores esperam. Nosso objetivo é dar condições de valorização real para quem realmente está envolvido com a educação municipal. Como professor, estou feliz de poder contribuir nesse momento tão especial que Paraíso vive", concluiu.

(por Ralph Diniz - Secom Pref. SSP)

Caravana Embrapa FertBrasil vai a 30 polos agrícolas para mostrar como aumentar a eficiência dos fertilizantes

Outras cinco frentes de pesquisa estão sendo trabalhadas para reduzir em 25% a dependência do Brasil de importações até 2030

A partir de abril, pesquisadores e técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), começarão a visitar cerca de 30 polos produtivos de nove macrorregiões agrícolas do Brasil, com o objetivo de promover o aumento da eficiência de uso dos fertilizantes e insumos no campo, diminuir custos de produção dos produtores rurais e estimular a adoção de novas tecnologias e de boas práticas de manejo de solo, água e plantas. A ação vai se chamar Caravana Embrapa FertBrasil e está entre as medidas de curto e médio prazo do Plano Nacional de Fertilizantes, que será lançado pelo governo federal nas próximas semanas, para reduzir a dependência externa por importação de produtos e tecnologias, situação agravada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia.

"Nosso objetivo é sensibilizar as lideranças ligadas às cadeias produtivas da agropecuária, além de técnicos, consultores e multiplicadores, para que o Brasil possa superar a crise dos fertilizantes por meio de capacitação e troca de conhecimentos sistematizados entre os institutos de pesquisa e o setor produtivo, estabelecendo um diálogo da pesquisa com o agronegócio no Brasil, propondo soluções tecnológicas para cada um desses 30 polos agrícola", explicou Celso Moretti, presidente da Embrapa.

Segundo ele, a caravana itinerante poderá abordar questões práticas e de impacto imediato, que ao serem adotadas poderão promover uma economia de até 20% no uso dos fertilizantes no Brasil, já na safra 2022/23, podendo resultar em até um bilhão de dólares de economia para o produtor rural brasileiro. Até o final da safra 2022-2023 os pesquisadores percorrerão as principais regiões produtoras brasileiras, enfatizando a importância da

manejo sustentável dos solos e fertilizantes para maximizar a eficiência de uso destes insumos, melhorar a produtividade e garantir a competitividade da agricultura e a produção de alimentos no Brasil.

"A gente aprende na agronomia que é preciso fazer a aplicação de adubo de acordo com a análise de fertilidade do solo e análise da folha da planta. Mas sabemos que em muitos lugares do Brasil, eles acabam utilizando uma receita pronta, um pacote tecnológico genérico. Por exemplo, 500 kg/ha fertilizante NPK [nitrogênio, fósforo e potássio] independentemente da fertilidade do solo ali presente", mas, de acordo com o preço do fertilizante, destacou Moretti.

As estratégias de manejo de solo e água para o uso racional de fertilizantes serão sistematizadas pela Embrapa em módulos de uma palestra padrão adaptada às diversas condições dos biomas brasileiros, que deverão nivelar e customizar as informações para cada uma das regiões produtoras do país. Ao final das apresentações em cada polo produtivo será realizado um alinhamento das necessidades de conhecimento tecnológico regionais, seguido de um amplo debate sobre os principais problemas encontrados em cada região. Em algumas regiões será demonstrada ainda, a eficiência de algumas das tecnologias desenvolvidas pela Embrapa por meio de Unidades Demonstrativas de Referência Tecnológica.

"Esta caravana também nos trará um diagnóstico preciso e regionalizado dos reais desafios de curto prazo dos produtores rurais, para que as ações do Plano Nacional de Fertilizantes sejam cada vez mais aprimoradas, pois o Plano foi construído pelo governo e o setor produtivo", ressalta Bruno Caligaris, diretor de Projetos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da

Presidência da República (SAE-PR).

As atividades presenciais serão voltadas para técnicos de extensão rural, técnicos de cooperativas, sindicatos e associações rurais, e produtores líderes, pretendendo atingir cerca de 10 mil profissionais, tornando-os multiplicadores das técnicas e orientações repassadas pela equipe de pesquisadores e analistas da Embrapa e parceiros que integrarão cada Caravana.

Após cada passagem da Caravana Embrapa em uma MacroRegião agrícola, a Embrapa modulará digitalmente o conhecimento sistematizado para alimentar um hot site e contribuir para construção de uma ampla plataforma digital de conhecimento sobre o tema, que poderá ser ofertado à multiplicadores de referência, tais como CNA/SENAR, EMATERs e cooperativas agroindustriais.

Essa modelagem da Caravana Embrapa FertBrasil deverá possibilitar capacitações presenciais durante a sua passagem pelas diversas regiões produtoras pelo Brasil. Estão sendo programadas também capacitações virtuais, pós-caravana, a produtores, lideranças rurais e técnicos, utilizando o sistema e-Campo da Embrapa ou outras ferramentas de treinamento disponíveis.

A empresa está neste momento buscando patrocinadores da Caravana junto à iniciativa privada e ao setor produtivo. Interessados em participar da iniciativa podem procurar depd@embrapa.br.

Esta será a segunda caravana itinerante realizada pela Embrapa. Entre 2013 e 2015 a empresa percorreu também os principais polos produtivos do país para divulgar soluções tecnológicas para controlar a lagarta Helioverpa armigera, praga exótica que invadiu o território brasileiro causando fortes prejuízos para as principais culturas agrícolas.

CINCO FRENTES DE PESQUISA

A Embrapa e instituições parceiras também tem outras ações em sua programação de pesquisa para ajudar diminuir a dependência brasileira de fertilizantes importados. "Nossa meta é reduzir em 25% a demanda por fertilizantes importados até 2030. O Brasil não tem uma vara de condão para mudar isso do dia para a noite", afirmou o presidente da Embrapa. Por isso, segundo ele, a empresa priorizou cinco frentes de pesquisa: biofertilizantes, organominerais, fertilizantes nanoestruturados, agricultura de precisão e condicionadores de solo com pó de rocha.

Além da iniciativa em parceria com a Embrapa, o Governo Federal, por meio do MAPA e da SAE-PR, está desenvolvendo estratégias de fomento e financiamento para aumento da produção de bioinsumos, fertilizantes organominerais, nanotecnologia e agricultura digital no âmbito do Plano Nacional de Fertilizantes. "A agricultura brasileira é forte, vai continuar forte, e temos que dar as alternativas para ela continuar trabalhando", ressaltou a ministra Tereza Cristina em conversa com jornalistas.

O Brasil, atualmente, consome cerca de 8,5% dos fertilizantes a nível global, ocupando a quarta posição. China, Índia e Estados Unidos aparecem no topo da lista de consumo. Esses países, ainda, são grandes produtores mundiais de fertilizantes, à exceção do Brasil, que importou em 2021 cerca de 89% das 43 milhões de toneladas consumidas na produção agrícola. No país, as culturas de soja, milho e cana-de-açúcar respondem por mais de 73% do consumo de fertilizantes. A Rússia é responsável por fornecer 25% dos fertilizantes para o Brasil. Junto com a Bielorrússia, chega a fornecer mais de 50% do potássio consumido pelo agricultor brasileiro anualmente.

(IMPRESA EMBRAPA)